

AUTOAVALIAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PPGD 2022 – DOCENTES

RELATÓRIO DA PESQUISA (formação discente e produção intelectual)

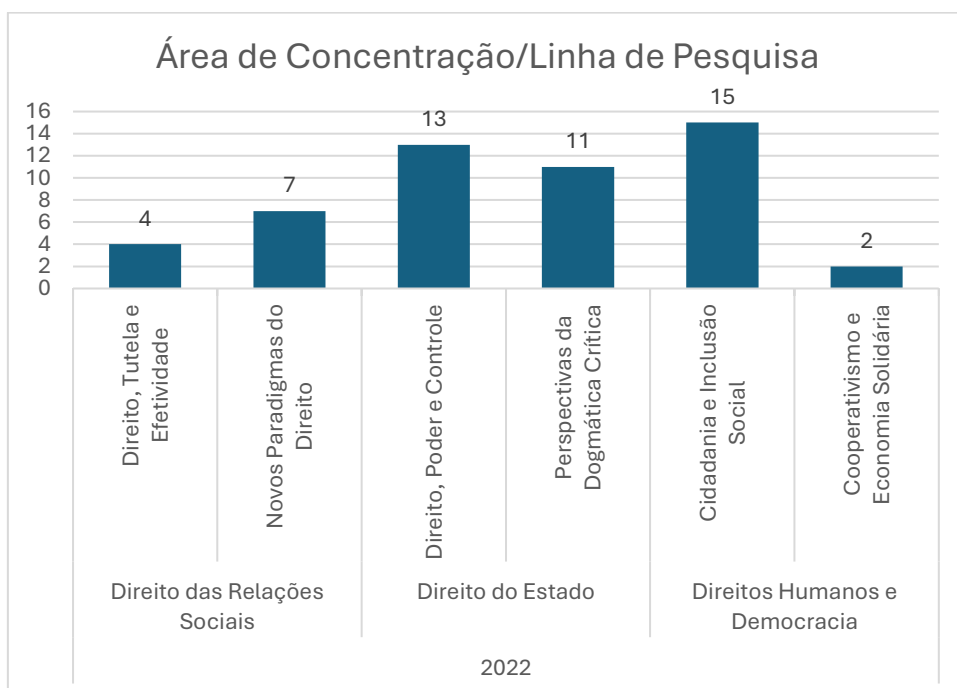
Período da pesquisa: março/2023

Respondentes: 52 docentes.

(*) Dados completos e detalhados do levantamento no arquivo “PPGD_UFPR base de dados Autoavaliação e Planejamento Estratégico 2021_23.xls”.

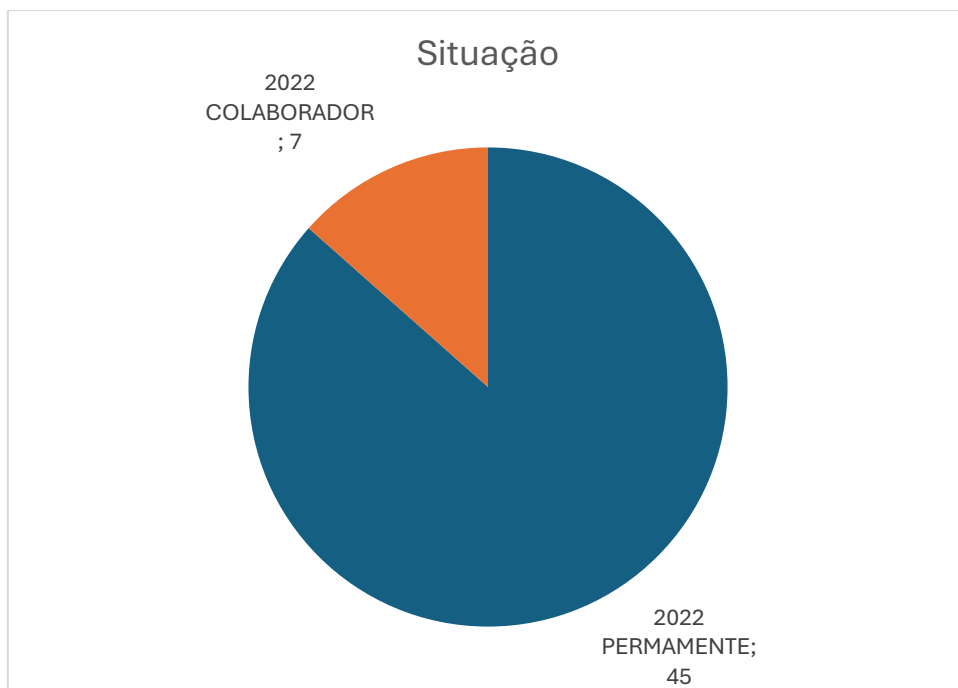
Identifique a principal Área e Linha de Concentração do PPGD que concentra sua atuação docente (oferta de disciplinas, orientação, etc.) e como pesquisador (núcleos/grupos/projetos de pesquisa/extensão, produção e divulgação acadêmica e científica, etc.).

Área/Linha	n
Direito das Relações Sociais	11
Direito, Tutela e Efetividade	4
Novos Paradigmas do Direito	7
Direito do Estado	24
Direito, Poder e Controle	13
Perspectivas da Dogmática Crítica	11
Direitos Humanos e Democracia	17
Cidadania e Inclusão Social	15
Cooperativismo e Economia Solidária	2
Total	52



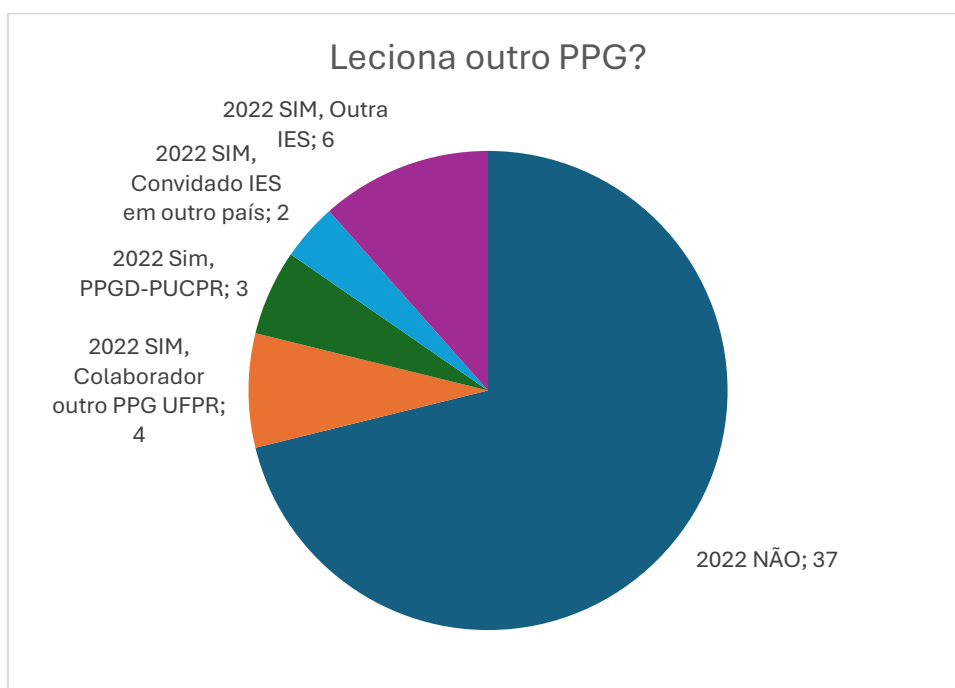
Situação docente no PPGD–UFPR: (PERMANENTE OU COLABORADOR)

Situação	n
PERMANENTE	45
COLABORADOR	7
Total Geral	52



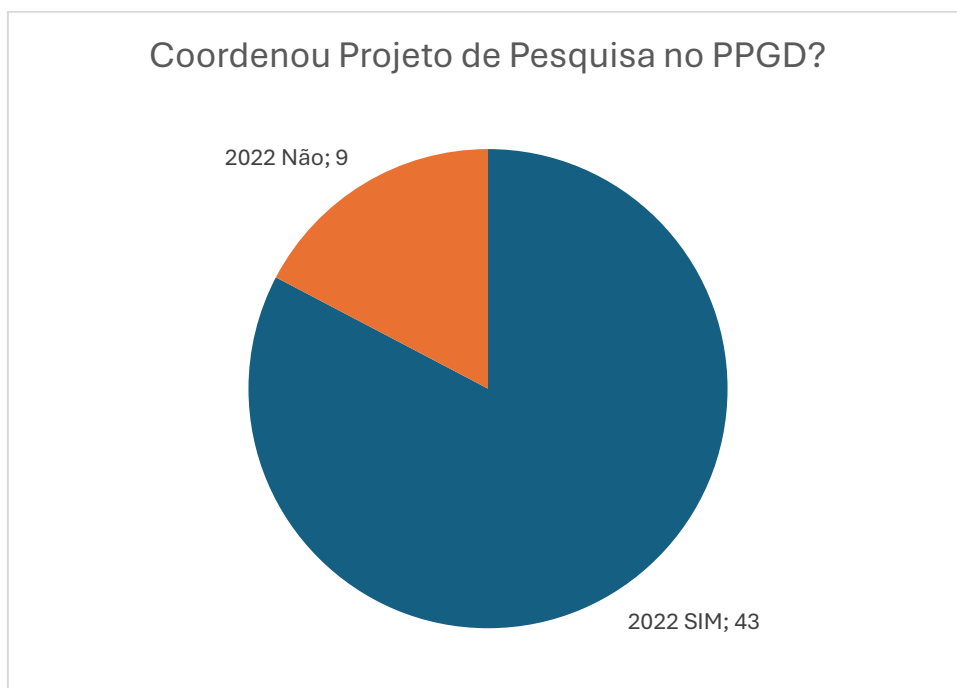
Leciona em outro programa de pós-graduação? Se sim, qual?

Situação	n
NÃO	37
SIM, Colaborador outro PPG UFPR	4
Sim, PPGD-PUCPR	3
SIM, Convidado IES em outro país	2
SIM, Outra IES	6
Total Geral	52



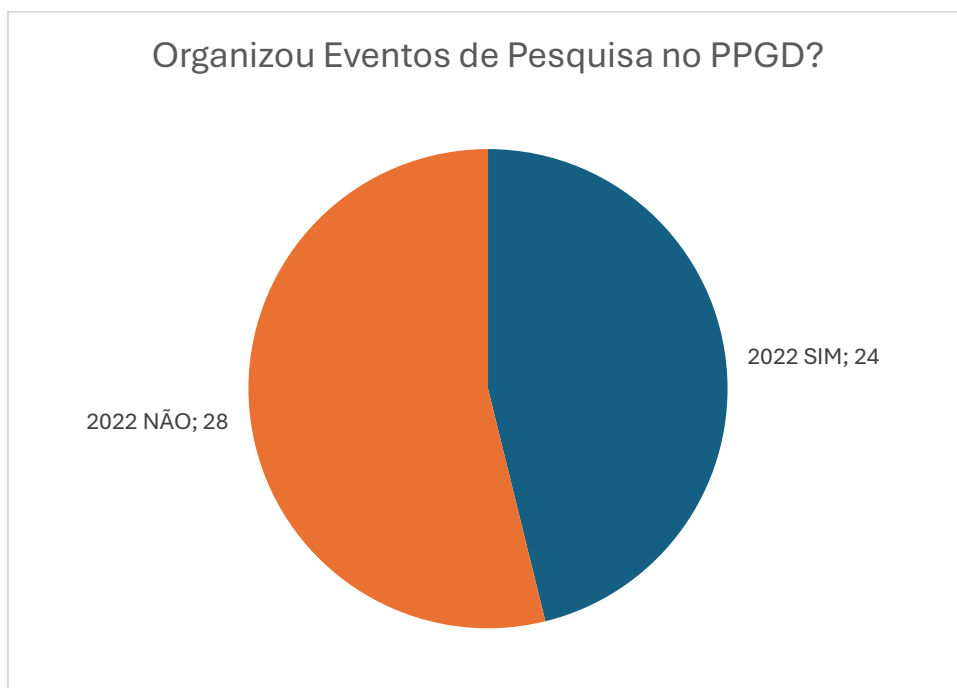
Produção Intelectual: **Coordenou, no ano informado, algum projeto de pesquisa no PPGD-UFPR?**

Coordena	n
SIM	43
NÃO	9
Total Geral	52



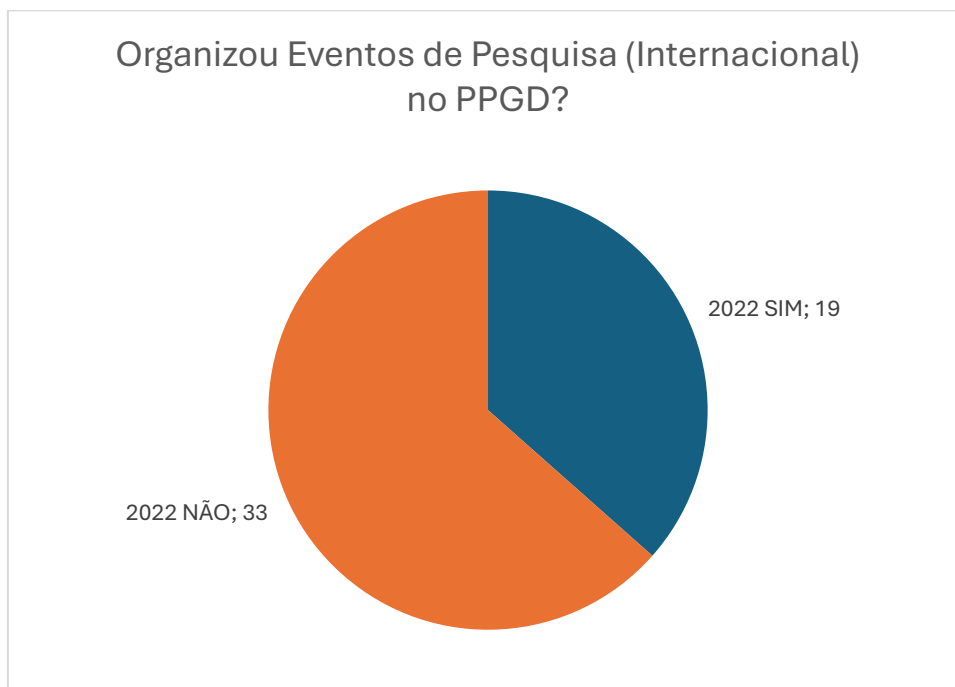
Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR?**

Organização de Evento	n
SIM	24
NÃO	28
Total Geral	52



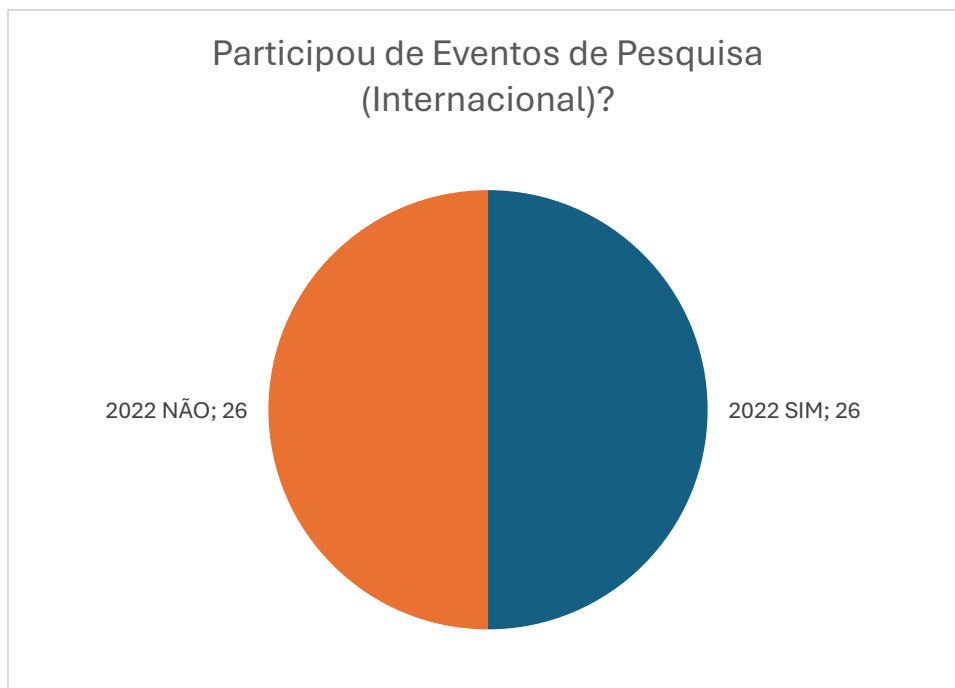
Produção Intelectual: **Organizou, no ano informado, eventos de divulgação de resultados de pesquisas no PPGD–UFPR com participação de docente vinculado a IES de outros países (internacionalização)?**

Organização de Evento	n
SIM	19
NÃO	33
Total Geral	52



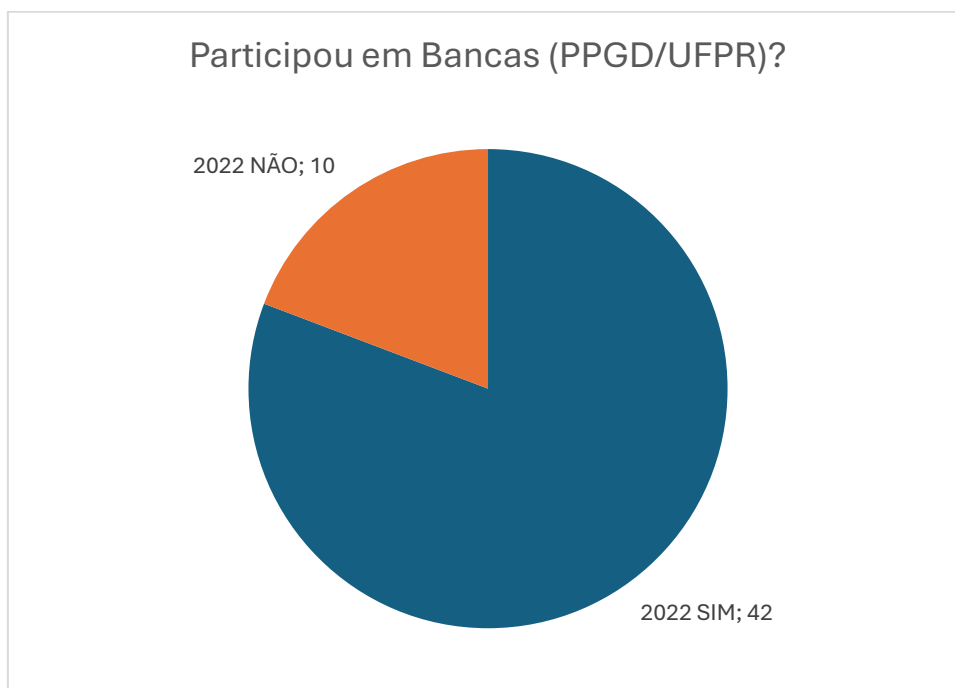
Produção Intelectual: **Participou, no ano informado, em eventos de divulgação de resultados de pesquisas promovidos por Organizações Científicas Internacionais e/ou Universidades de outros países (internacionalização)?**

Participação em Evento (Internacional)	n
SIM	26
NÃO	26
Total Geral	52



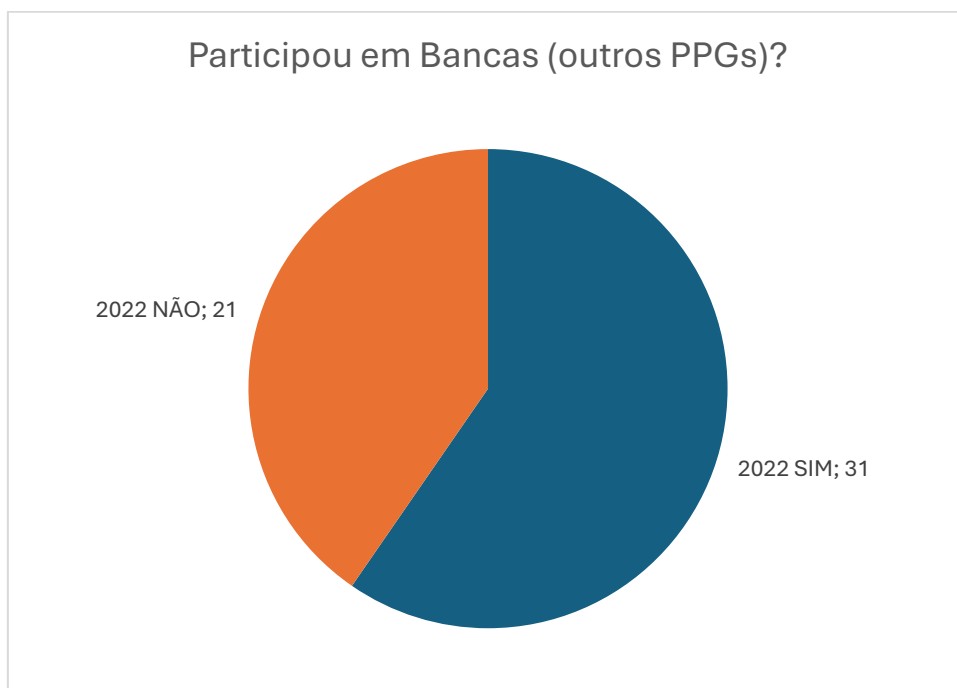
Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado no PPGD–UFPR?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	42
NÃO	10
Total Geral	52



Formação Discente: **Participou, no ano informado, de bancas de mestrado ou doutorado em outros PPGs (de outras IES)?**

Participação Bancas PPGD/UFPR	n
SIM	31
NÃO	21
Total Geral	52



Produção Intelectual: **Relacionar os ARTIGOS publicados em 2022 e indicar os de maior destaque e relevância.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2022

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

1. HASTREITER, M. A.; RIBEIRO, M. C. P.; TORRES, D. A. A Proteção da Coletividade dos Consumidores a Partir do Modelo da Precaução de Robert Cooter no Extravio de Bagagens no Transporte Aéreo Internacional. *ECONOMIC ANALYSIS OF LAW REVIEW*. , v.13 n1, p.98 - 113, 2022.2. WRUBEL, V. T. S.; RIBEIRO, MÁRCIA CARLA PEREIRA Análise Econômica do Direito Como Elemento Concretizador da Teoria Estruturante Aplicada aos Processos Estruturais. *Revista Direito Público*. , v.103, p.211 - 233, 2022.3. HASTREITER, MICHELE ALESSANDRA; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira CONFLITOS DE LEIS E JURISDIÇÕES NAS TRANSAÇÕES CELEBRADAS A PARTIR DA BLOCKCHAIN. *REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA)*. , v.20, p.60 - 82, 2022.4. DAGA CIELO, IVANETE; PEREIRA RIBEIRO, MARCIA CARLA CONTRATOS COMO MECANISMO DE GOVERNANÇA NA PRODUÇÃO DE BIOGÁS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ- BRASIL/CONTRACTS AS A GOVERNANCE MECHANISM IN BIOGAS PRODUCTION IN THE WESTERN REGION OF PARANÁ- BRAZIL. *INFORME GEPEC (ONLINE)*. , v.26, p.64 - 80, 2022.5. RIBEIRO, MÁRCIA CARLA PEREIRA; LACERDA, R. M. N. Dissolução parcial de sociedade anônima fechada: avanços e retrocessos no CPC/2015. *REVISTA DIREITO EMPRESARIAL (CURITIBA)*. , v.ano 19 n 3, p.85 - 103, 2022.6. HASTREITER, M. A.; RIBEIRO, M. C. P. O realismo jurídico e a revolução americana de Direito Internacional Privado. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS*. , v.49, p.140 - 162, 2022.

SERGIO CRUZ ARENHART

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. “Desmistificando os processos estruturais – ‘processos estruturais’ e ‘capacidades institucionais’”. *Revista de Processo*. Vol. 332, out.-2022. P. 205-224. ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. “A execução de decisões coletivas pelo Ministério Público: uma questão de interesse público”. *Revista eletrônica de direito processual*. Vol. 23, n. 3, set-dez. 2022, pp. 435-451.

Novos Paradigmas do Direito

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK

Artigo publicado em revista estrangeira Qualis C2022 - PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. As fronteiras da responsabilidade civil e o princípio da liberdade. *Revista de Direito da Responsabilidade – Universidade de Coimbra (ISSN - 2184-4542)* PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. As fronteiras da responsabilidade civil e o princípio da liberdade. *Revista de Direito da Responsabilidade*, v. 4, p. 312-340, 2022.

CELSO LUIZ LUDWIG

LUDWIG, Celso Luiz. Breves apontamentos sobre a evolução da ciência jurídica. IN: *Revista Praxis Filosófica*, v. 54, janeiro-junho, Univalle, Cali, Colombia, p. 71-90, 2022.

EROLTHS CORTIANO JUNIOR

CORTIANO JUNIOR, E.; QUEIROZ, P M. Recorribilidade da decisão que determina a realização de audiência de justificação em ação possessória de força nova. REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL, v. 110, p. 171-179, 2022.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

1. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; ROSSA, T. H. A. A autonomia contratual dos trabalhadores e a experimentação jurídica neoliberal. REVISTA DIREITO E PRÁXIS. Fator de Impacto(2021 JCR): 0,0000, v.XX, p.1 - 24, 2022. Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/63730/43449>]2. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; BARBOSA, F. C. M.; QUADROS, C. O ACAMPAMENTO CHICO MENDES NO ESTADO DO PARANÁ E A FUNÇÃO SOCIAL DAS TERRAS PÚBLICAS. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. , v.46, p.1 - 23, 2022. Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/71325/39440>]3. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; MELLO, L. E.; KATREIN, C. S.; VEIGA, A. M. Reestruturação educacional e espoliações do contrato de trabalho docente. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO). , v.111, p.217 - 234, 2022. Palavras-chave: Hibridização contratual, Direitos da personalidade, Desprofissionalização, Trabalho Docente Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/165591>]

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

NALIN, P. R. R. Comentários ao REsp 1.727.979/MG. Revista Brasileira de Arbitragem. v.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

CLARA MARIA ROMAN BORGES

NASCIMENTO, D. S.; BORGES, C. M. R. . O reflexo da seletividade do sistema de justiça criminal na composição dos bancos de perfis genéticos. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS, v. 1, p. 150-182, 2022.

DANIEL WUNDER HACHEM

NEGRI, Amanda Louise ; HACHEM, Daniel Wunder . Direito à educação, igualdade material e inclusão digital: impactos da pandemia da COVID-19. REVISTA DO DIREITO (SANTA CRUZ DOSUL. ONLINE), 2022. GUSSOLI, Felipe Klein ; HACHEM, Daniel Wunder . Modificação do sistema de governo no Brasil via emenda constitucional: parlamentarismo, semi-presidencialismo e outros modelos. SEQUENCIA, 2022. HACHEM, Daniel Wunder. La convencionalización del Derecho Administrativo en Latinoamérica. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, 2022. HACHEM, Daniel Wunder; FARIA, Luzardo ; GALLO APONTE, William Iván . Electricity as a material condition for the enjoyment of human rights: an unenumerated fundamental right. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE), v. 19, p. 173-196, 2022.

EMERSON GABARDO

GABARDO, EMERSON; FIRKOSWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas ; AGUILAR VIANA, ANA CRISTINA . The digital divide in Brazil and the accessibility as a fundamental right. Revista Chilena De Derecho Y Tecnología, v. 11, p. 1-26, 2022.

ENEIDA DESIREE SALGADO

SALGADO, Eneida Desiree. How to get rid of a president in Brazil: three constitutional paths. *Texas International Law Journal*. , v.57, p.329 - 349, 2022.SALGADO, Eneida Desiree. The Judicial Branch as a (pretty) bad political regulator: notes from Brazil. *Revista De Derecho Politico*, v. 113, p. 339-359, 2022.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

PUGLIESE, William S. ; LUCCHESI, Guilherme Brenner. Relevância Social e a discricionariedade doSTJ. *Cadernos Jurídicos (OAB PR)*, v. 115, p. 46-48, 2022.

JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS

Ribeiro, E. S. V. B., & Ramos, J. G. G. (2022). “A prova na persecução penal dos crimes contracrianças e adolescentes no direito Norte-Americano / Evidence in the criminal prosecution of crimes against children in the United States law”, *Brazilian Journal of Development*, 8(7), 50539-50555. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n7-122>

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; MSARTINS, D. F. W. . É necessário defender a sociedade: uma breve reflexão acerca do conceito de racismo de Estado em Foucault. *DIREITO E LIBERDADE.*, v. 24, p. 155-174, 2022.2.SILVA, Patrícia Silveira da ; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres . A internação provisória de adolescentes e o Tribunal de Justiça de São Paulo: uma abordagem criminológica das decisões publicadas durante a pandemia. *REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, v. 16, p. 96-111, 2022.4.ARGUELLO, K.; PRATEANO, V. F. Cuidar ou delatar? A violação do sigilo do prontuário médico na criminalização de mulheres por aborto autoprovocado no Estado do Paraná. *Revista Direito Público*, v. 18, p. 550-580, 2022.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

NUNES DA SILVEIRA, Marco Aurélio. Justiça sem processo? O acordo de não persecução penal como possível instrumento político-criminal. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS*, v. 191, p. 305-327, 2022.

PAULO CESAR BUSATO

1. BUSATO, PAULO CESAR *Direito penal - Parte Especial - volume 3*. São Paulo: Tirant loBlanch, 2022, v.1. p.813. Palavras-chave: DIREITO PENAL, Parte Especial, Crimes em espécie Áreas do conhecimento: Direito Penal2. BUSATO, PAULO CESAR. *Direito penal. Parte Especial - volume 2 - artigos 121 a 234-C*. São Paulo: Tirant loBlanch, 2022, v.1. p.809. Palavras-chave: DIREITO PENAL, Crimes em espécie. Áreas do conhecimento: Direito penal3. BUSATO, PAULO CESAR. *Direito penal: parte geral*. 6a edição. São Paulo: Tirant loBlanch, 2022. Áreas do conhecimento: Direito penal.

WALTER GUANDALINI JUNIOR

2022 GUANDALINI JUNIOR, Walter. Temas do Direito Administrativo na Doutrina Jurídica Brasileira do século XIX: análise quantitativa (1857-1884), in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ISSN 0101-4366)*, ano 183, nº 488, jan.-abr. 2022, p. 197-232.2022 FONSECA, Ricardo Marcelo; GUANDALINI JUNIOR, Walter. Apresentação (v. 3, n. 4, 2021), in: *História do Direito: Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito (ISSN 2675-9284)*, vol. 3, nº 4, jul.-dez. 2021, p. 7-8.2022 SOUZA, André Peixoto; QUADROS, Doacir Gonçalves; GUANDALINI JUNIOR, Walter. Apresentação, in: *Revista Ius Gentium (ISSN 2237-4965)*, ano 13, nº Especial, jan.-abr. 2022, p. 1.2022 GUANDALINI JUNIOR, Walter. Devir-Sujeito em Blade Runner, in: *Revista Ius Gentium (ISSN 2237-4965)*, ano 13, nº Especial, jan.-abr. 2022, p. 160-180.

Perspectivas da Dogmática Crítica

EGON BOCKMANN MOREIRA

1. MOREIRA, Egon Bockmann. A Constituição Econômica renovada: origens, efeitos e análise prática de um conceito. *Revista De Direito Público Da Economia*, v. 77, p. 9-29, 2022.2. MOREIRA, Egon Bockmann. Primeiras notas sobre a matriz de riscos nos contratos administrativos: sua compreensão na Lei n. 14.133/2021. *Revista De Direito Público Da Economia*, v. 78, p. 45-57, 2022.3. MOREIRA, Egon Bockmann. A lei de licitações brasileira: notas sobre o novo microsistema de contratações públicas. *Revista de Direito Administrativo/PT*, v. 14, p. 85-90, 2022.4. MOREIRA, Egon Bockmann; CRUZ, E. S. . Breves notas sobre a Portaria Normativa AGU no 42/2022: a escolha de árbitros pela União em processos arbitrais. *Revista Brasileira de Arbitragem*, v. XIX, p.103-108, 2022.5. RODRIGUES, D. L. C. ; MOREIRA, Egon Bockmann . Accounting regulation for public-private partnerships (PPPs): United Kingdom and Brazil in comparative perspective. *Revista De Direito Público Da Economia*, v. 79, p. 9-26, 2022.6. MOREIRA, Egon Bockmann; AVILA, N. R. A. . Relicitação: a lógica jurídico-econômica por trás do instituto. *Revista De Contratos Públicos CEDIPRE*, v. 30, p. 99-121, 2022.7. MOREIRA, Egon Bockmann; CAGGIANO, H. C. . A inexigibilidade de licitação para a contratação direta de advogados pela Administração Pública brasileira. *Revista De Direito Público Da Economia*, v. 80, p. 35-44, 2022.

HELOISA FERNANDES CAMARA

GORS DORF, L. F. ; CAMARA, H. F. ; MEWES, E. E. F. ; JACO, H. D. ; LEANDRO, P. V. L. ; SILVA, U. P. . Máquina de Ativismos em Direitos Humanos: por novos caminhos de inter(ação) com a sociedade em tempos de conservadorismos. *COR LGBTQIA*, v. 1, p. 147, 2022.2. CAMARA, Heloisa Fernandes. Relato sobre o ensaio no PET Direito. *Antinomias*, v. 3, p. 12, 2022.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

2. VIEIRA, J. R.; VALLE, M. D. T. . Peculiaridades do Sistema Constitucional Tributário Brasileiro e o STF: Um Pouco de Direito Comparado. *DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL*, v. 52, p. 258-282, 2022.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

GODOY, Miguel Gualano de.; MACHADO FILHO, Roberto Dalledone . Diálogos institucionais - Possibilidades, limites e o importante alerta de Roberto Gargarella. *Revista de Informação Legislativa*, v. 59, p. 117-133, 2022.2. GODOY, Miguel Gualano de.; ARAÚJO, Eduardo Borges Espínola . A EXPANSÃO DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO STF: COLEGIALIDADE FORMAL E DÉFICIT DE DELIBERAÇÃO. *REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RBPP)*, v. 12, p. 277-295, 2022.

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

KANAYAMA, R. L.; MARTINS, L. R. A. . O controle disciplinar da magistratura e o abuso de autoridade: experiências estrangeiras e aprimoramento do sistema brasileiro. *REVISTA DISTRIBUNAI (SÃO PAULO. IMPRESSO)*, v. 1045, p. 79-96, 2022.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; FAGUNDES, J. P. L. . Multiparentalidade e suas repercussões nas sucessões. *Revista IBDFAM: Família e Sucessões*, v. 53, p. 33-57, 2022. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; PEREIRA, Jacqueline Lopes . O direito de testar das

peçoas com deficiência psíquica ou intelectual. Revista IBDFAM: Família e Sucessões, v. 52, p. 21-47, 2022.

ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. DAS SENZALAS AOS CALABOUÇOS: A INVENÇÃO PENITENCIÁRIA NO BRASIL. REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS, v. 84, p. 186-211, 2022.

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

CORDEIRO, Roan Costa ; FONSECA, Angela Couto Machado ; SILVA, E. L. . SOBRE TEMPOS E AFETOS: UMA REFLEXÃO POLÍTICA DA MELANCOLIA. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, p. 177-198, 2022.

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

1. STRAPASSON, K.; BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZA influência das audiências públicas e dos amicus curiae na construção da resposta certa pelo Supremo Tribunal Federal. SEQUENCIA. , v.43, p.1 - 28, 2023. Palavras-chave: Jurisdição Constitucional, Diálogos institucionais Áreas do conhecimento: Direito Constitucional Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/85108>]2. BUSS, G.; BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZA estratégia do neoconservadorismo revelada em suas intervenções como amicus curiae no STF: da autoridade moral religiosa à luta contra a - doutrinação- LGBTQIA+. REVISTA DIREITO E PRÁXIS. , v.13, p.1224 - 1261, 2022. Palavras-chave: direitos de minoria, neoconservadorismo, autoritarismo Áreas do conhecimento: Direito Constitucional Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

ROBL FILHO, ILLTON NORBERTO; CORREIA, A. DIREITO COMPARADO: REFLEXÕES METODOLÓGICAS E COMPARAÇÕES NO DIREITO CONSTITUCIONAL. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. , v.183, p.81 - 103 , 2022.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

2022. SANTOS, T. G. D.; ISAGUIRRE, Katya; VASCONCELOS, A. L. M. Somos mulheres trabalhadoras rurais: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania. Revista Brasileira de Direito Social. , v.5, p.65 - 87, 2022. Áreas do conhecimento: Direito Agrário Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://rbds.ieprev.com.br/rbds/article/view/175/153>]

MARCELO MIGUEL CONRADO

RICHTER FILHO, ARNOLDO REINALDO ; CONRADO, MARCELO . A Prática da Perícia Judicial em Processos de Propriedade Intelectual. CADERNOS DE PROSPECÇÃO, v. 15, p. 100-116, 2022.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

2. SERAU JUNIOR, M. A.; BASTOS, A. L. H. . OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, A LEI Nº13.994/20 E O PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO: AUDIÊNCIAS NÃO PRESENCIAIS (VIRTUAIS) DE CONCILIAÇÃO. Revista eletrônica de direito processual, v. 23, p. 973-996, 2022. 3. SERAU JUNIOR, M. A.. Lei nº 14.331: Processamento das Ações por Incapacidade Laboral e pagamento de perícias médicas. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. 397, p. 81-88, 2022. 4. SERAU JUNIOR, M. A.. Medida Provisória nº 1.113 - alterações nos benefícios por incapacidade. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. 398, p. 223-227, 2022. 5. SERAU JUNIOR, M. A.. Cômputo das contribuições previdenciárias

anteriores ao RGPS domicroempreendedor invididual. REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, v. 500, p. 509-510, 2022.6.SERAU JUNIOR, M. A.. Nota Técnica sobre a MP 1119/2022 - Reabertura de Prazo para Adesãoao FUNPRES. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v. 401, p. 225-228, 2022.7.SERAU JUNIOR, M. A.. PANORAMA DE LA REGULACIÓN DEL TELETRABAJO EN BRASIL.Revista General de Derecho Del Trabajo y de La Seguridad Social, v. 63, p. 611-626, 2022.

MARCOS WACHOWICZ

WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão . O DIREITO DE AUTOR EUROPEU ENTREMERCADOS, FLEXIBILIDADES E CULTURA: UMA VISÃO CRÍTICA.. Revista de Direito Intelectual, v. vol. I, p. 181-210, 2022.

MELINA GIRARDI FACHIN

PAMPLONA, D.; SOARES, I. V. P.; FACHIN, Melina GirardiCombate ao Racismo e Condenações do Brasil pela Corte Interamericano. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos. , v.22, p.95 - 106, 2022. BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; BONATTO, M.; FACHIN, Melina Girardi Constitucionalismo Feminista para Ler e Interpretar o Direito (Constitucional) com lentes de gênero. Revista CNJ. , v.ago 2022, p.213 - 224, 2022. FACHIN, Melina Girardi; SETTI, M. G.Entre Resistência, Convergência e Engajamento: direito constitucional comparado e migrações constitucionais. REVISTA DIREITO E PRÁXIS. , v.XX, p.1 - 25, 2022. PIOVESAN, FLAVIA; FACHIN, MELINA GIRARDI; TAQUES, JOÃO DANIEL VILAS BOAS Impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na proteção da população LGBTI+. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR. , v.67, p.153 - 186, 2022. CONCI, L. G. A.; FACHIN, Melina GirardiLa progresiva superación de la regulación del delito de desacato en América Latina: diálogos entre lo doméstico e internacional. DPCE ONLINE. , v.52, p.1 - 1, 2022. FACHIN, Melina Girardi Multilevel Constitutionalism: dialogues and (on) human rights. Católica Las Review. , v.1, p.41 - 58, 2022. MARTINS, D. A. B.; FACHIN, Melina GirardiO controle de convencionalidade como perspectiva futura para a proteção de direitos da população LGBTQIA+. Revista de Direito Internacional. , v.19, p.1 - 25, 2022. SOARES, I. V. P.; FACHIN, Melina GirardiO Lugar da Carta de Esperança Garcia no Brasil Contemporâneo: a agenda do trabalho digno frente à memória escravocrata. Lusotopie. , v.XX, p.1 - 19, 2022. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina GirardiPerspectiva de Gênero na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Revista CNJ. , v.AGO 2022, p.95 - 108, 2022. BRAGA, F. R.; FACHIN, Melina GirardiVULNERABILIDADES E COMBATE AO COVID- 19 NO BRASIL: PROTAGONISMO DAS PESSOAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA. , v.8, p.523 - 547, 2022

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

1) FRIEDRICH, TATYANA SCHEILA; BERTOLDO, JAQUELINE; FILLA ROSANELI, CAROLINE. Derecho a la educación para los refugiados(as): La evolución del concepto en el plan internacional. REVISTA INCLUSIONES - REVISTA DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES, v. 9, p. 155-171, 2022.2) FRIEDRICH, T. S.; BERTOLDO, J. . Entre pedagogias e saberes 'outros': contribuições da interculturalidade para o direito à educação de migrantes no Brasil. Teias (Rio de Janeiro), v. 23, p. 178, 2022.6) FRIEDRICH, TATYANA; MELO-PFEIFER, SÍLVIA ; RUANO, BRUNA. A whole university approach to humanitarian migrant and refugee students' integration: Reflections on the practical implementation of education policies and programmes at Universidade Federal do Paraná (UFPR), in Brazil. Journal of International Mobility, v.1, n. 9, 2022.

TAYSA SCHIOCCHET

1. SCHIOCCHET, T.; CUNHA, A. S. Desmistificando o DNA: análise dos argumentos difundidos na arena jurídica sobre perfis genéticos no Brasil. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR. , v.66, p.9 - 32, 2022.2. KLEIN, C. F.; ROE, R.; RAHMAN, M.; JAIN, D.; NAIK, A.; CASTILHO, N. M.; SCHIOCCHET, TAYSA; AGWU, S. K.; MOYD, O.; SUKROW, B.; KONING, C. Teaching about justice by teaching with justice: global perspectives on clinical legal education and rebellious lawyering. Journal of Law and Policy. , v.68, p.141 - 182, 2022.3. SPIES DA CUNHA, ANITA; SCHIOCCHET, TAYSA Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)2. SCHIOCCHET, T.; PAVAO, J. C. Governos populistas e o enfrentamento da COVID-19: uma análise da realidade brasileira In: IV Seminário Internacional sobre Democracia, Ciudadanía y Estado de Derecho, 2022, Vigo. Libro de Artículos: IV Seminario Internacional sobre Democracia, Ciudadanía y Estado de Derecho. Londrina: Thoth, 2022. p.715 - 736

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

PAZELLO, Ricardo Prestes; SOARES, Moisés Alves . Entre o equilíbrio catastrófico e um jardim suspenso: dez anos de direito e marxismo, em movimento. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 8, p. 181-200, 2022 SOUSA JUNIOR, José Geraldo de ; PAZELLO, Ricardo Prestes ; DIEHL, Diego Augusto ; KURTEN, Anna Caroline . Dos 30 anos do Direito Achado na Rua aos 10 anos do IPDMS: a relação entre direito e movimentos sociais mediada pela crítica dos juristas. INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 8, p. 19-56, 2022 OLIVEIRA, EDUARDO MAURENTE ; PAZELLO, Ricardo Prestes . Introdução ao direito insurgente negro: antecedentes teóricos, bases epistêmicas e usos políticos táticos. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 13, p. 1951-1981, 2022

SIDNEI MACHADO

1. MACHADO, Sidnei.; Alexandre Pílan Zanoni . Demandas de direitos no trabalho por plataformas digitais no Brasil: o enfoque dos trabalhadores. Caderno CRH (Online), v. 35, p. e022023-e022023, 2022.2. MACHADO, SIDNEI. Nouvelles limites et possibilités de la négociation collective au Brésil. REVUE DE DROIT COMPARÉ DU TRAVAIL ET DE LA SÉCURITÉ SOCIALE, v. 3, p. 246-251, 2022.

Produção Intelectual: **Relacionar os LIVROS/CAPÍTULOS publicados em 2022 e indicar os de maior destaque e relevância.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2022

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Clayton Maranhão; Samuel Fonteles. Constituintes como Amici Curiae, 2022.

EDUARDO TALAMINI

1. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo. 21. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1. 708p .2. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional (processo de conhecimento e tutela provisória). 21. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2022. v. 2. 1000p .3. TALAMINI, E.; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: execução. 19. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2022. v. 3. 768p .4. TALAMINI, EDUARDO; WAMBIER, L. R. . Curso avançado de processo civil: procedimentos especiais e juizados especiais. 19. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2022. v. 4. 424p .5. TALAMINI, E.; MINAMI, M. Y. (Org.) . Medidas executivas atípicas. 3. ed. Salvador/BA: JusPodivm, 2022. 1120p .1. TALAMINI, E.; CARDOSO, A. G. . Smart contracts, "autotutela" e tutela jurisdicional. In: Marco Aurélio Belizze, Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, Teresa Arruda Alvim, Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). Execução civil - novas tendências: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. 1ed.Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2022, v. , p. 163-211.2. TALAMINI, E.. Sentença incerta, sentença condicional e sentença incompleta (segunda parte): as hipóteses admitidas pelo ordenamento. In: José Rogério Cruz e Tucci; Flavio Luiz Yarshell; José Roberto dos Santos Bedaque; Cândido da Silva Dinamarco; Carlos Alberto Carmona; Pedro da Silva Dinamarco. (Org.). Estudos em homenagem a Cândido Rangel Dinamarco. 1ed.Salvador/BA: JusPodivm, 2022, v. , p. 319-354.3. TALAMINI, E.; CARDOSO, A. G. . Smart contracts, "autotutela" e tutela jurisdicional. In: Cristiane Rodrigues Iwakura; Fernanda Gomes e Souza Borges; Juliano Oliveira Brandis. (Org.). Processo e tecnologia. 1ed.Londrina/PR: Editora Thoth, 2022, v. , p. 459-506.4. TALAMINI, E.. Ação popular: fundamentos constitucionais e disciplina processual. In: George Salomão Leite. (Org.). Jurisdição constitucional: em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. 1ed.São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2022, v. 1, p. 263-307.5. TALAMINI, E.. Poder geral de adoção de medidas coercitivas e sub-rogatórias nas diferentes espécies de execução. In: Eduardo Talamini; Marcos Youji Minami. (Org.). Medidas executivas atípicas. 3ed.Salvador/BA: JusPodivm, 2022, v. , p. 29-70.6. TALAMINI, E.. Medidas coercitivas e proporcionalidade: o caso WhatsApp. In: Eduardo Talamini; Marcos Youji Minami. (Org.). Medidas executivas atípicas. 3ed.Salvador/BA: JusPodivm, 2022, v. , p. 783-808.7. TALAMINI, E.. Legitimidade e interesse nas ações de impugnação de deliberações societárias. In: Marco Aurélio Bellizze Oliveira; Marco Antonio Rodrigues; Thiago Dias Delfino Cabral. (Org.). Processo civil empresarial. 1ed.Salvador/BA: JusPodivm, 2022, v. , p. 199-244.8. TALAMINI, E..

Comentários ao art. 16 da Lei de Mediação. In: Trícia Navarro Xavier Cabral; Cesar Felipe Cury. (Org.). Lei de Mediação comentada artigo por artigo. 3ed. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2022, v. , p. 92-106.9. TALAMINI, E.. Conflito entre coisas julgadas: prevalência da segunda, quando não rescindida. In: Fernando Alcântara Castelo; Luiz Henrique Sormani Barbugiani. (Org.). Visões contemporâneas sobre direito público: estudos em homenagem aos 75 anos da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. 1ed. Florianópolis/SC: Habitus, 2022, v. , p. 121-129.

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

Livros publicados1. RIBEIRO, M. C. P.; BERTOLDI, Marcelo MCurso Avançado de Direito Comercial 12 rd. Revista e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, v.1. p.928. Capítulos de livros publicados1. RIBEIRO, M. C. P.; TORRES, D. A.A elaboração das leis no Estado Constitucional de Direito : o mito do legislador racional In: A economia comportamental aplicada ao direito: estudos sobre racionalidade, políticas públicas e leis.1 ed. Curitiba: Editora Ithala, 2022, v.1, p. 11-36.2. RIBEIRO, M. C. P.; GODRI, J. P. A.A lei da liberdade econômica e os negócios processuais In: Direito Empresarial nos 20 anos do Código Civil.1 ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022, v.1, p. 73-96.3. RIBEIRO, M. C. P.; COSTA, P. H. C. AS INVISIBILIDADES NO MUNDO DOS NEGÓCIOS E O PAPEL DO EMPREENDEDORISMO EM SEU COMBATE In: DIREITO À SAÚDE E INVISIBILIDADE.1 ed. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022, v.1, p. 75-96.4. RIBEIRO, M. C. P.; ALVES, G. R. R.; CECY, M. D. O adiantamento de contrato de câmbio na Recuperação Judicial In: Direito Empresarial em Perspectiva.1 ed. Londrina -Pr: Thoth, 2022, v.1, p. 231-246.5. RIBEIRO, M. C. P. São os Contratos Empresariais Contratos Especiais? In: Direito Empresarial e suas interfaces.1 ed. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2022, v. IV, p. 253-275. Livros organizados1. TORRES, D. A.; RIBEIRO, M. C. P. A economia comportamental aplicada ao direito: estudos sobre racionalidade, políticas públicas e leis. Curitiba: Editora Ithala, 2022, v.1. p.270.2. RIBEIRO, M. C. P.; KLEIN, Vinícius O que é análise econômica do Direito: uma introdução 3 ed. Atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Forum, 2022, v.1. p.254. Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)1. DAGA CIELO, IVANETE; CARLA PEREIRA RIBEIRO, MARCIA; FREIRE DA ROCHA JUNIOR, WEIMAR; MARIASCHMIDT, CARLA PRODUÇÃO DE BIOENERGIA NO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS CUSTOS DETRANSAÇÃO In: 60º Congresso da SOBER, 2022, Natal. Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Natal: Even3, 2022.

Novos Paradigmas do Direito

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK

2022 - PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. As fronteiras da responsabilidade civil e o princípio da liberdade. Revista de Direito da Responsabilidade – Universidade de Coimbra (ISSN - 2184-4542) Capítulo de Livro não indexado 2022 – PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo; STEINER, Renata. Ensaio sobre a Formação do Contrato da CISG. SCHWENZER, Ingeborg; SILVA, Paulo Costa e; PEREIRA, Cesar. CISG, Brasil e Portugal. 2ª. Ed. São Paulo: Almedina, 2022. ISBN - 9786556275048 2022 – PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo; STEINER, Renata. Ensaio sobre a Formação do Contrato da CISG. SCHWENZER, Ingeborg; SILVA, Paulo Costa e; PEREIRA, Cesar. CISG, Brasil e Portugal. 2ª. Ed. São Paulo: Almedina, 2022. ISBN - 9786556275048

CELSO LUIZ LUDWIG

LUDWIG, Celso Luiz. Direitos Humanos: exterioridade e libertação. In: COSTA, César Augusto; FAGUNDES, Lucas Machado; LEAL, Jackson da Silva (orgs.). Direitos humanos desde a

América Latina v.2: práxis, insurgência e libertação. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. LUDWIG, Celso Luiz. Intelectual coletivo orgânico da transformação: turma Nilce de Souza Magalhães. In: FERREIRAFILHO, Manoel Caetano.; PAZELLO, Ricardo Prestes; GONÇALVES, Eloísa Dias (orgs.). Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (Turma de Direito/UFPR/PRONERA. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 85-100. LUDWIG, Celso Luiz. Filosofia da libertação, crítica jurídica e pluralismo: Uma justificação filosófica descolonial. In: LIXA, Fernandes Morcilo (Org.). Teoria crítica e humanismo jurídico. O pensamento de Antonio Carlos Wolkmer. Aguascalientes, São Luís Potosí; Criciúma: CENEJUS-UASLP-UNESC, SC, 2022. LUDWIG, Celso Luiz. Wittgenstein e Heidegger: a filosofia da linguagem. In: FONSECA, Angela Couto Machado; HANSEN, Thiago Freitas (Orgs.). Grandes debates jurídicos da Filosofia e Teoria do Direito. NEFIT-UFPR, Curitiba, 2022.

CÉSAR ANTONIO SERBENA

SERBENA, Cesar A. Novas perspectivas do Realismo Jurídico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

EROLTHS CORTIANO JUNIOR

2. CORTIANO JUNIOR, E.; CASTRO, I S de . O testamento no país dos cegos? Uma análise crítica da acessibilidade ao direito de testar. In: Marcos Ehrhardt Junior. (Org.). Vulnerabilidade e novas tecnologias. 1ed. Indaiatuba-SP: Foco, 2022, v. 1, p. 381-394. CORTIANO JUNIOR, E.. Os direitos reais em movimento: a tipicidade dos direitos reais e a pandemia. In: Michael Cesar Silva; Cyntia Teixeira Pereira Carneiro Lafeta; Sabrina Torres Laje Peixoto de Melo; Valéria Edith Carvalho de Oliveira. (Org.). Impactos do coronavírus no Direito: diálogos, reflexões e perspectivas contemporâneas. 1ed. Belo Horizonte-MG: Editora Newton Paiva, 2022, v. 2, p. 911-925.

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; MELLO, L. E. Dano Moral LGBTfóbico In: DICIONÁRIO JURÍDICO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE. 1 ed. Salvador: Devires, 2022, v.1, p. 1-671. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 97865864816932. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; GODOY, G. G. DE; BARBOSA, F. C. M. Descaminhos da Nacionalidade e a Migração do Povo Warao In: Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Migrações Forçadas. 1 ed. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2022, v.1, p. 964-994. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 97865595504183. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; MELLO, L. E.; BARBOSA, F. C. M. DO SERVIÇO AO TRABALHO PÚBLICO: formas contratuais e assédio moral institucional In: Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado. 1 ed. Brasília: EDUEPB e AFIPEA, 2022, v.1, p. 1-806. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9786599470172, Home page: https://direito.ufba.br/sites/direito.ufba.br/files/afipea_livro_assedio_pdf.pdf4. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; MELLO, L. E.; VEIGA, A. M. Lutas pela educação, movimentos populares e acesso à formação docente In: Educação Jurídica Insurgente - A experiência da turma Nilce de Souza Magalhães. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2022, v.1, p. 67-84. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 97865251224655. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; CORRÊA, A. E. SOBRE A IGUALDADE NO DIREITO CIVIL CODIFICADO In: DESIGUALDADE: O FLAGELO DO BRASIL. 1 ed. Ribeirão Preto: Editora Migalhas, 2022, v.1, p. 291-329. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 97865867082716. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; CORRÊA, A. E.; ALMEIDA, A. V. B.; COSTA, C.

V. Sujeitos à margem: População em situação de rua em Curitiba In: Desigualdade em foco: Curitiba. 1 ed. Curitiba: Platô Editorial, 2022, v.1, p. 55-78. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786589229094

MARILIA PEDROSO XAVIER

XAVIER, Marília Pedroso. Contrato de Namoro: amor líquido e direito de família mínimo. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. 1. 164p. XAVIER, Marília Pedroso; PUGLIESE, William S. . Divórcio Liminar - Técnica Processual Adequada Para sua Decretação. 1.ed. Indaiatuba: Foco, 2022. v. 1. 104p. XAVIER, Marília Pedroso; ROSA, Conrado P. (Org.); NAHAS, Luciana F. (Org.). Família e sucessões: perspectivas em rede: I Encontro Internacional da Rede de Pesquisa em Direito de Família e Sucessões. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2022. v. 1. 708p. XAVIER, Marília Pedroso; PUGLIESE, William S. . Pactos express no direito de família e vulnerabilidade: O caso do drive thru da união estável. In: GHILARDI, Dóris. (Org.). Novos olhares no Brasil e no exterior. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2022, v. 1, p.355-367. XAVIER, Marília Pedroso; MARZAGAO, S. F. . Alteração de cláusulas patrimoniais e existenciais em regime de separação por pactos pós-nupciais. In: : PORTANOVA, Rui; CALMON, Rafael; D'ALESSANDRO, Gustavo. (Org.). Regimes de separação de bens. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v. 2, p. 227-234. XAVIER, Marília Pedroso; GRUBERT, Camila . Guarda e autoridade parental nos 20 anos do Código Civil. In: Benigna Araújo Teixeira Maia, Daniel Ustároz, Dimitre Soares. (Org.). 20 ANOS DO CÓDIGO CIVIL EM DIREITO DE FAMÍLIA. 1ed. Londrina: Thoth, 2022, v. 1, p. 325-340. XAVIER, Marília Pedroso; XAVIER, Luciana Pedroso . Ordem Pública e Direito de Família: Breve análise a partir dos precedentes dos Tribunais Superiores brasileiros. In: TEPEDINO, Gustavo; SANTOS, Deborah Pereira Pinto; PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos. (Org.). Direito Civil Constitucional: A construção da legalidade constitucional nas relações privadas. 1ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v. 1, p. 91-108. XAVIER, Marília Pedroso. O CONTRATO DE NAMORO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO. In: Daniele Chaves Teixeira. (Org.). Arquitetura do planejamento sucessório. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 3, p. 565-576. XAVIER, Marília Pedroso; XAVIER, Luciana Pedroso . O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO COLOCADO EM XEQUE: AFINAL, O COMPANHEIRO É HERDEIRO NECESSÁRIO?. In: Daniele Chaves Teixeira. (Org.). Arquitetura do planejamento sucessório. 3ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 191-203. XAVIER, Marília Pedroso. Casamento Válido. In: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. (Org.). Direito das Famílias por Juristas Brasileiras. 2ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v. 1, p. 105-134. XAVIER, Marília Pedroso; PUGLIESE, William S. . Comentários aos Arts. 735 a 746. In: José Sebastião Fagundes Cunha; Eduardo Augusto Salomão Cambi; Antonio César Bochenek. (Org.). Código de Processo Civil Comentado. 2ed. Curitiba: Juruá, 2022, v. 1, p. 1170-1184.

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

NALIN, P. R. R.; MARINHUK, L. . A CISG sob a perspectiva do direito intertemporal. In: NALIN, P. R. R.; MARINHUK, L. . A CISG sob a perspectiva do direito intertemporal. In: Ingeborg Schwenzer; Paula Cosa e Silva; Cesar Pereira. (Org.). CISG, Brasil e Portugal. 1ed. São Paulo: Almedina, 2022, v. 1, p. 161-174.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

CLARA MARIA ROMAN BORGES

BORGES, C. M. R.; ABREU, A. C. da S. . As armadilhas do julgamento segundo uma perspectiva de gênero: ausências invisibilizações. In: SALADINI, A. P. S.; ASSAD, S. M. F. .

(Org.). Direito, gênero e raça: um debate necessário - reflexões interdisciplinares. 1ed. Londrina: Toth, 2022, p. 145-166.

DANIEL WUNDER HACHEM

HACHEM, Daniel Wunder; GABARDO, Emerson (Org.) ; CRISTOVAM, José Sérgio da Silva (Org.). Direito público digital e novas tecnologias. 1. ed. Curitiba: Íthala, 2022. 246p .HACHEM, Daniel Wunder. El control de convencionalidad ejercido por la Administración pública: una mirada interamericana. In: VON BOGDANDY, Armin; MORALES ANTONIAZZI, Mariela; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Zulima; COVILLA MARTÍNEZ, Juan Carlos. (Org.). La interamericanización del derecho administrativo en América Latina. Hacia un *Ius Commune*. 1ed. Querétaro: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2022, v. , p. 485-513.

EMERSON GABARDO

GABARDO, EMERSON; ZOCKUN, Maurício Garcia Pallares (Org.) . Direito Administrativo e Inovação: crises e soluções. 1. ed. Curitiba: Íthala, 2022. v. 1. 579p .GABARDO, EMERSON; HACHEM, Daniel Wunder (Org.) ; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva (Org.) . Direito Público Digital e Novas Tecnologias. 1. ed. Curitiba: Íthala, 2022. v. 1. 246p .GABARDO, Emerson; BERTOTTI, Bárbara Marianna de Mendonça Araújo . Desafios da utilização de inteligência artificial na arbitragem. In: WARDE, Waldrido; VALIM, Rafael. (Org.). Direito Público e Arbitragem: os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado. 1ed. São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 1, p. 300-315. GABARDO, EMERSON; MENENGOLA, Everton ; SANTOS, Fabio de Sousa . La estrategia brasileira de inteligencia artificial. In: GUERRA, Eddy de la; VALLE, Jaime Villacreses. (Org.). Análisis y Actualidad del Derecho Administrativo. 1ed. Quito - Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2022, v. 1, p. 177-198. GABARDO, EMERSON. Direitos fundamentais sociais e governo digital. In: MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. (Org.). Direito à saúde e invisibilidade. 1ed. Belo Horizonte - MG: Conhecimento, 2022, v. 1, p. 31-47.

ENEIDA DESIREE SALGADO

Livro – 2022 Capítulos de livro - 2022 SALGADO, Eneida Desiree; WONTROBA, V. G.; BRIGHENTI, S. E. O. S. El federalismo brasileño bajo el COVID-19: Las peleas normativas y jurisdiccionales entre la Federación y los Estados In: El federalismo en América y la pandemia del COVID-19. 1 ed. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2022, p. 175-. ISBN: 9786072827738. SALGADO, Eneida Desiree; PORTELLA, L. C. ; NAKAMURA, Erick Kiyoshi. A saga das doações cidadãs nas campanhas eleitorais no Brasil: controles, transparência e proteção de dados. In: Tribunal Superior Eleitoral. (Org.). Sistematização das normas eleitorais. Eixo temático IV: Financiamento de campanha. 1ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022, v. 5, p. 17-30. ISBN 9786587461175. SALGADO, Eneida Desiree; PIETZAK, J. G. . Comunicação política e candidaturas coletivas: pontos para um debate sobre as novas formas da política representativa. In: André Motta de Almeida; Harrison Targino Júnior; Marina Almeida Moraes; Pedro Nascimento. (Org.). Democracia digital e integridade eleitoral. 1ed. Brasília: ABRADep, 2022, v. 1, p. 153-167. ISBN: 9788593139055. SALGADO, Eneida Desiree; DIAS JUNIOR, J. A. P. . O cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil em 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral. In: André Motta de Almeida; Luiz Fernando Casagrande Pereira; Marcelo Weick Pogliese; Marilda Silveira. (Org.). O Cânone eleitoral. 1ed. Brasília: ABRADep, 2022, v. 1, p. 30-54. ISBN: 9788593139031. SALGADO, Eneida Desiree; MOURA, Suellen Patrícia ; NAKAMURA, Erick Kiyoshi. Caso Natan Donadon, Ação Penal n.396. In: Renan Guedes Sobreira; Carlos

Enrique Arrais Caputo Bastos. (Org.). Direito parlamentar em decisões do Supremo Tribunal Federal. 1ed. Curitiba: Editora Íthala, 2022, v. , p. 13-41. ISBN: 9786557651490. SANTANO, Ana Claudia; SALGADO, Eneida Desiree; SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, E. U. . Financiamento de campanhas eleitorais: debates para uma proposta técnica. 1. ed. Curitiba: Editora Íthala, 2022. v. 1. 70p. ISBN: 9786599286247.

GUILHERME BRENNER LUCCHESI

LUCCHESI, Guilherme Brenner. Primeiras linhas sobre cegueira deliberada na jurisprudência brasileira. In: André Callegari; Marcelo Turbay; Marília Fontenele. (Org.). Temas atuais de Direito Penal Econômico. 1 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022, v. 1, p. 205-231. LUCCHESI, Guilherme Brenner. O standard probatório do juízo de admissibilidade da acusação em face da jurisprudência do STF acerca da decisão de pronúncia (ARE 1.067.392/CE). In: Paulo Roberto Incott Jr.; Paulo Silas Filho. (Org.). O processo penal brasileiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 1ed.: Thoth, 2022, v. 1, p. 123-138. LUCCHESI, Guilherme Brenner; NOGARI, M. V. C. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos. In: Pedro Henrique Braz De Vita; Bernardo Strobel Guimarães; Thiago Lima Breus; Iran Mateus Reis Silva. (Org.). Horizontes e Perspectivas da Lei n.º 14.133/2021. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. 1, p. 555-583. LUCCHESI, Guilherme Brenner. Dos Crimes Contra a Honra. In: Luciano Anderson de Souza. (Org.). Código Penal Comentado. 2ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, v. 1, p. 505-525.

JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS

RAMOS, João Gualberto Garcez e RAMOS, Amanda Martins. “Capítulo V - Tráfico de Pessoas: um Combate Mundial Necessário e Urgente (Human Trafficking: a Necessary and Urgent Worldwide Combat)”, em Tratado dos Direitos das Mulheres - Treatise of Women's Rights - Lei Mariana Ferrer (Lei 14.245/2021), 2ª ed., Curitiba: Ed. Juruá, 2022, p. 89 ss; RAMOS, João Gualberto Garcez. O devido processo legal no contexto do processo penal adversarial e sua evolução na Suprema Corte dos EUA: a proibição de buscas e apreensões desarrazoadas e o privilégio contra a autoincriminação forçada, Goiânia: Ed. Lutz, 2022

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

1. GIAMBERARDINO, A. R.; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; LOPES, C. S.. Participação em banca de Marcelo Diógenes Costa Junior. "É uma cadeia, queira ou não queira". Um estudo sobre a implementação da medida socioeducativa de internação no município de Curitiba, considerando três diferentes casos. 2022. Dissertação (Mestrado em Pós-graduação em Sociologia e Ciências Humanas da UFPR) - Pós-graduação em Sociologia e Ciências Humanas da UFPR. 2. ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SA, Priscilla Placha; MURARO, M.. Participação em banca de Vanessa Fogaça Prateano. Entre o leito-prisão e a morte, à margem do direito: um estudo criminológico-feminista sobre a criminalização de mulheres pela prática de aborto autoprovocado no Estado do Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. 3. GIAMBERARDINO, A. R.; ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; DIETER, M. S.; SARMENTO, Daniel. Participação em banca de Giovanni Diniz Machado. Uso diferenciado da força: a forma jurídica do controle. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. 1. Doutorado: ARGUELLO, Katie Silene Cáceres; SA, Priscilla Placha; MENDES, Soraia da Rosa; RIOS, Roger Raupp; QUINALHA, Renan. Participação em banca de Victor Sugamoto Romfeld. "Viado bomé viado morto?" LGBTfobia no Brasil e possibilidades

deinstrumentalização do direito penal. 2022. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Direito da UFPR) - Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR.

PAULO CESAR BUSATO

Capítulos de livros publicados1. BUSATO, P. C.. Crítica à verdade jurídico-penal a partir da linguagem In: Direito penal e filosofia da linguagem.1 ed.São Paulo: Direito penal e filosofia da linguagem, 2022, v.1, p.122-139. Palavras-chave: DIREITO PENAL, FILOSOFIA DA LINGUAGEM, TEORIA DO DELITO Áreas do conhecimento: Direito penal, Filosofia da Linguagem2. BUSATO, P. C. Crítica à verdade jurídico-penal a partir da linguagem In: Direito penal e filosofia da linguagem.1 ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, v.1, p. 122-139. Palavras-chave:DIREITO PENAL, FILOSOFIA DA LINGUAGEM, TEORIA DO DELITO, Verdade Áreas do conhecimento: Direito penal, Filosofia da Linguagem.3. BUSATO, PAULO CESAR. De máquinas y seres vivos: ¿Quién actúa en los resultados delictivos derivados de decisiones cibernéticas? In: Derecho Penal y Comportamiento Humano. Avances desde la neurociencia y la inteligencia artificial.1 ed.Valencia: Tirant lo Blanch, 2022, v.1, p. 349-376. Palavras-chave: DIREITO PENAL, Inteligência Artificial.4. BUSATO, PAULO CESAR. Direito penal: ciência ou linguagem? In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias in memoriam. Volume 1..1 ed.Lisboa: AAFL, 2022, v.1, p. 143-156.5. BUSATO, PAULO CESAR; BRANCO, Bruno Cortez Castelo. Dolo e jogos de linguagem: da intenção subjetiva à intencionalidade significativa In: Estudos sobre a Lei Anticrime.1ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, p. 98-108.6. BUSATO, PAULO CESAR. Implicações jurídico-penais da transmissão da COVID-19 In: Ciências Criminais em Perspectiva: Escritos em homenagem ao Professor Doutor Roque Brito Alves.1 ed.Recife: FB da Silva Livros, 2022, p. 223- 247.7. BUSATO, PAULO CESAR; ARRAES, R. P. A.; CESTO, M.. Que condutas pode a pessoa jurídica realizar? Uma análise do caso Mariana a partir do paradigma da filosofia da linguagem In: Análise jurídico-penal da tragédia de Mariana: o Caso Samarco.1 ed.: Tirant lo Blanch, 2022, p. 12-35. Palavras-chave: Responsabilidade penal da pessoa jurídica, caso Samarco. Livros organizados1. BUSATO, P. C. (coord.) Novos Estudos sobre a Concepção Significativa da Ação. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.2. BUSATO, PAULO CESAR; ARRAES, R. P. A.. Análise jurídico-penal da tragédia de Mariana: o Caso Samarco. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.3. BUSATO, PAULO CESAR; PERUZZO JÚNIOR, L... Direito penal e filosofia da linguagem.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

SÉRGIO SAID STAUT JÚNIOR

Livros publicados/organizados ou edições1. WACHOWICZ, M. (Org.) ; STAUT JÚNIOR, Sérgio Said (Org.) ; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) ; COSTA, J. A. F. (Org.) . Estudos de Direito do Autor e Interesse Público - Anais do XV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. 1. ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2022. v. 1. 995p. Capítulos de livros publicados1. STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. Os animais em uma sociedade não antropocêntrica. In: ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. (Org.). Direito animal: interlocuções com outros campos do saber jurídico. 1ed.Curitiba: Editora UFPR, 2022, v. 1, p. 183-194.2. STAUT JÚNIOR, SÉRGIO. Debate Hart-Fuller sobre o conceito e a moralidade do direito: uma aproximação a partir da leitura de António Manuel Hespanha sobre o realismo jurídico. In: Fonseca, Angela Couto Machado Fonseca; Hansen, Thiago Freitas. (Org.). Grandes debates jurídicos da teoria e filosofia do direito : a consolidação de um campo de pesquisa. 1ed.Curitiba: NEFIT, 2022, v. 1, p. 193-214.

Perspectivas da Dogmática Crítica

EGON BOCKMANN MOREIRA

SUNDFELD, C. A. ; JORDAO, E. ; MOREIRA, Egon Bockmann ; Marques Neto, F. A. ; BINENBOJM, Gustavo ; CAMARA, J. A. ; MEDONCA, J. V. S. ; JUSTEN FILHO, Marçal ; MONTEIRO, V. . Publicistas: direito administrativo sob tensão. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. 1. 280 p .CHUEIRI, V. K. ; MOREIRA, Egon Bockmann ; Camara, H. F. ; GODOY, M. G. . Fundamentos de Direito Constitucional: novos Horizontes Brasileiros. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. v. 1. 464 p .MOREIRA, Egon Bockmann; GRUPENMACHER, B. T. ; KANAYAMA, R. L. ; AGOTTANI, D. Z. .Precatórios: o seu novo regime jurídico: a visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico. 4. ed. São Paulo: RT/Thomson Reuters, 2022. v. 1. 338 p .MOREIRA, Egon Bockmann. Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei no 9.784/1999 (com especial atenção à LINDB). 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. 1. 365 p .MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das concessões de serviço público: (concessões, parcerias, permissões e autorizações). 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. v. 1. 482 p .CUÉLLAR, Leila ; MOREIRA, Egon Bockmann ; GARCIA, F. A. ; CRUZ, E. S. . Direito administrativo e alternative dispute resolution. 2. ed. Belo Horizonte: Forum, 2022. v. 1. 506 p .MOREIRA, Egon Bockmann; LOUREIRO, L. G. K. . Breves notas sobre a prestação concertada e integrada no Novo Marco do Saneamento Básico. In: Carlos Roberto de Oliveira; Maria Luiza Machado Granziera. (Org.). Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v. 1, p. 153-158. MOREIRA, Egon Bockmann. A decisão coordenada como técnica de negociações plurilaterais (ou: por uma nova visão do processo administrativo). In: CABRAL, Antonio do Passo; MENDONÇA, José Vicente Santos de. (Org.). Decisão administrativa coordenada. Salvador: Juspodivm, 2022, v. 1, p. 187-202. MOREIRA, Egon Bockmann. A inexigibilidade de licitação e o dever de contratação direta de advogados. In: Marcelo FIGUEIREDO. (Org.). A contratação direta de profissionais da advocacia. Salvador: Juspodivm, 2022, v. 1, p. 111-116. MOREIRA, Egon Bockmann. Empresas estatais, contratações diretas e as oportunidades de negócio?. In: Mario Engler PINTO JUNIOR; Cristina M. Wagner MASTROBUONO; Bruno Lopes MEGNA. (Org.). Empresas estatais. São Paulo: Almedina, 2022, v. 1, p. 241-263. CRUZ, E. S. ; MOREIRA, Egon Bockmann . Tributação dos árbitros-advogados no Brasil: epílogo da saga arrecadatória. In: Bruno GUANDALINI; Carlos Eduardo Stefen ELIAS. (Org.). A função de árbitro no Brasil. 1ed. São Paulo: Almedina, 2022, v. , p. 735-748. MOREIRA, Egon Bockmann; CRUZ, E. S. ; LOURES, G. M.. Quando os incentivos falham: a resolução de conflitos nos contratos de concessão de rodovias. In: A. N. DAL POZZO; J. V. L. ENEL. (Org.). Tratados sobre o setor de rodovias no direito brasileiro. São Paulo: Contraponto, 2022, v. 1, p. 417-438.

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

TOMIO, F. R. L.. Direito Animal e a Pós-Graduação em Direito. In: Vicente de Paula Ataíde Júnior. (Org.). Direito Animal: interlocuções com outros campos do saber jurídico. 1ed. Curitiba-PR: EdUFPR, 2022, v. , p. 41-47. <https://www.editora.ufpr.br/produto/446/direito-animal--interlocucoes-com-outros-campos-do->

FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR

ROCHA JR., FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO. Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais. 4a. ed. Florianópolis: Emais Editora e Livraria Jurídica, 2022. v. 1. 282p .

HELOISA FERNANDES CAMARA

CHUEIRI, VERA KARAM DE ; MOREIRA, E. B. ; CÂMARA, HELOISA FERNANDES ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE . Fundamentos do Direito Constitucional - Novos Horizontes Brasileiros. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. 3. CÂMARA, HELOISA FERNANDES. Intervenções

em Direitos Humanos: atuação do Centro de Estudos da Constituição. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. v. 1. 563p. 4. CAMARA, Heloisa Fernandes. As encruzilhadas da subjetividade jurídica a partir do sul. 1. ed. Curitiba: Ithala, 2022. v. 1. 208p. FACHIN, M. G. ; CAMARA, H. F. . Dicionário Interamericano de Direitos Humanos - Volume 1: Aspectos Processuais e Procedimentais. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. v. 1. 268p. CÂMARA, HELOISA FERNANDES; BLUM, G. G. . Estado entre o Direito e o Não-Direito: legalidade, exceção e técnicas securitárias. In: Larissa Ramina. (Org.). Lawfare - Guerra Jurídica e Retrocesso Democrático. 1ed. Curitiba: Ithala, 2022, v. , p. 295-324. 2. CÂMARA, HELOISA FERNANDES; GORS DORF, L. F. ; SILVA, R. C. L. E. ; ARAUJO, T. N. . A Constituição na Corda Bamba: Práticas Desconstituintes e Imaginário Bolsonaroista. In: Álvaro Cruz; Ana Luiza Novais Cabral; Henrique Severgnini Horsth; Vera Karam de Chueiri. (Org.). Erosão Constitucional. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v. , p. 249-274. 3. CAMARA, H. F.. Nesidh Competições. In: Thaís da Silva Souza; et al. (Org.). Experiências extensionistas 2021/22. 1ed. Curitiba: Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, 2022, v. , p. 227-2284. GORS DORF, L. F. ; CAMARA, H. F. . Máquina de Ativismos em Direitos Humanos. In: Thaís da Silva Souza; et al. (Org.). Experiências extensionistas 2021/22. 1ed. Curitiba: Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, 2022, v. 1, p. 225-226.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

4. VIEIRA, J. R.. Uma Cruzada de Souto contra o Instinto de Rebanho: A Constituição Brasileira como Berço dos Tributos. In: Flávio Couto Bernardes; Juselder Cordeiro da Mata; Valter de Souza Lobato. (Org.). ABRADT: Estudos em Homenagem ao Professor José Souto Maior Borges. 1ed. Belo Horizonte - MG - BR: Arraes, 2022, v. 1, p. 491-519. 5. VIEIRA, J. R.. Ciência Feliz e Educação em Souto Maior: Uma Meditação Menor sobre sua Obra Maior. In: Paulo Rosenblatt; José André Wanderley Dantas de Oliveira; Virgínia de Carvalho Leal; Carlos Soares Sant'Anna. (Org.). Direito Tributário: O Legado de José Souto Maior Borges. 1ed. Belo Horizonte - MG - BR: Arraes, 2022, v. 1, p. 129-157. 6. VIEIRA, J. R.. Interpretação Jurídica e Linguagem: A Moldura de Kelsen ou a Resposta Certa de Dworkin ?. In: Paulo de Barros Carvalho; Priscila de Souza. (Org.). As Conquistas Comunicacionais no Direito Tributário Atual. 1ed. São Paulo - BR: Noeses, 2022, v. 1, p. 837-883.

MIGUEL GUALANO DE GODOY

Livros CHUEIRI, Vera Karam de ; MOREIRA, Egon Bockman ; CAMARA, H. F. ; GODOY, Miguel Gualano de. . Fundamentos de Direito Constitucional: novos horizontes brasileiros. 2ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. Capítulos CABRAL, A. L. N. ; GODOY, Miguel Gualano de. . Supremo Tribunal Federal, ativismo judicial e decisões monocráticas: avanços ou retrocessos?. In: Álvaro Ricardo de Souza Cruz; Ana Luiza Novais Cabral; Henrique Severgnini Horsth; Vera Karam de Chueiri. (Org.). Erosão Constitucional. 1ed. Belo Horizonte: Ed. Arraes, 2022, v. , p. 83-100. 2. ACUNHA, Fernando ; BENVINDO, Juliano Zaiden ; CHUEIRI, Vera Karam de ; GODOY, Miguel Gualano de. . Brazil - The 2021 International Review of Constitutional Reform. In: Luís Roberto Barroso; Richard Albert. (Org.). The 2021 International Review of Constitutional Reform. 1ed. Austin: University of Texas, 2022, v. , p. 38-41.

ROBERTO BENGHI DEL CLARO

DEL CLARO, R. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS In: CPC COMENTADO. 2 ed.: JURUÁ, 2022, p. 1616. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 97885362993652. DEL CLARO, R. DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO In: CPC COMENTADO. 2 ed.: JURUÁ, 2022, Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN:

97885362993653. DEL CLARO, R. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL In: CPC COMENTADO. 2 ed.: JURUÁ, 2022, p. 1596-. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 97885362993654. DEL CLARO, R. DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA In: CPC COMENTADO. 2 ed.: JURUÁ, 2022, p. 1614-. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9788536299365

RODRIGO LUÍS KANAYAMA

3. KANAYAMA, R. L.; FACHIN, M. G. . Ethos Constitucional: Igualdade para o bem-comum. Florianópolis: Emais, 2022. (Tradução/Livro).

VERA KARAM DE CHUEIRI

CHUEIRI, V. K. de; MOREIRA, E. B. ; CÂMARA, HELOISA FERNANDES ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE . Fundamentos de Direito Constitucional: novos horizontes brasileiros. 2. ed. Salvador: Juspodium, 2022. v. 1. 458p .CHUEIRI, V. K. de; KOZICKI, K. ; MILANI, A. C. . memória e promessa: riscos de uma transição inacabada para a democracia constitucional. In: Alvaro Ricardo de Souza Cruz; Ana Luiza Novais Cabral; Henrique Severgnini Horsth; Vera Karam de Chueiri. (Org.). Erosão Constitucional. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v. 1, p. 23-46. 2. BENVINDO, J. Z. ; ACUNHA, F. ; CHUEIRI, V. K. de ; GODOY, MIGUEL GUALANO DE . Brazil (constitutional reform). In: Luis Roberto Barroso e Richard Albert. (Org.). The international review of constitutional reform. 2ed. Austin, Texas: Program on Constitutional Studies at the Univ. of Texas and the InternForum on the future of constit, 2022, v. , p. 38-41. 3. CHUEIRI, V. K. de; KOZICKI, KATYA . Dworkin, a leitura moral da constituição e a unidade do valor. In: Angela Machado Fonseca; Thiago Freitas Hanssen. (Org.). Grandes debates jurídicos da filosofia e teoria do direito: a consolidação de um campo de pesquisa. 1ed. Curitiba: Nefit, 2022, v. 1, p. 46-72.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ADRIANA ESPINDOLA CORREA

1. GEDIEL, JOSÉ ANTONIO PERES; CORRÊA, A. E. Sobre a Igualdade no Direito Civil Codificado. In: Desigualdade: o flagelo do Brasil. 1 ed. Ribeirão Preto: Editora Migalhas, 2022, v. 1, p. 291-329. 2. ATAÍDE JUNIOR, V. P.; CORRÊA, A. E. Animais, ciborgues e as fronteiras do humano In: Direito Animal: interlocuções com outros campos do saber jurídico. 1 ed. CURITIBA: UFPR, 2022, v. 1, p. 207-222. 3. CORRÊA, A. E.; GEDIEL, J. A. P.; ALMEIDA, A. V. B.; COSTA, C. V. da.. Sujeitos à margem: população em situação de rua em Curitiba. ARBOLEYA et. al.. Curitiba: Platô Editorial, 2022. P. 55-78.

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

MATOS, ANA CARLA HARMATIUK; MASCARENHAS, I. L. . OS ?FURA-FILAS? DA VACINA, ODANO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA VIOLAÇÃO DA ORDEM DEVACINAÇÃO. In: Rodrigues; Menezes; Moraes. (Org.). Direito e Vacinação. 1ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022, v. 1, p. 61-79. MATOS, ANA CARLA HARMATIUK. Notas sobre as relações de gênero no planejamento sucessório. In: Daniele Chaves Teixeira. (Org.). Arquitetura do planejamento sucessório. 3ed. Belo Horizonte: Forum, 2022, v. 1, p. 65-79. MATOS, A. C. H.; MENEZES, J. B. (Org.). Direito das Famílias por Juristas Brasileiras. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1. 870p.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. Crítica da Pena e Justiça Restaurativa. 2. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022. 230p .GIAMBERARDINO, André Ribeiro. Curso de Penologia e

Execução Penal. 2. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022. 370p . GIAMBERARDINO, André Ribeiro; COLETTI, L. R. . A pandemia na prisão: tendências e reflexão sobre o tratamento judicial do tema no Estado do Paraná. In: Rodrigo Estrada Roig; Fabio da Silva Bozza. (Org.). Pandemia e Sistema Penal. 1ed.Florianópolis: Tirant Brasil, 2022, v. 1, p. 117-131.

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

FONSECA, ANGELA COUTO MACHADO; HANSEN, T. F. (Org.) . Grandes Debates Jurídicos da Teoria e Filosofia do Direito: a consolidação de um campo de pesquisa. 1. ed. Curitiba: NEFIT, 2022. v. 1. 255p .

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; SILVA, C. O. P.; FACHIN, M.G.Constitucionalismo Feminista. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021, v.01.Palavras-chave: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Constitucionalismo FeministaReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9798534759822SILVA, C. O. P.; BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; FACHIN, Melina GirardiConstitucionalismo Feminista: Expressão de Políticas Públicas voltadas à igualdade de gênero. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021, v.02.Palavras-chave: Constitucionalismo Feminista, Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 97985347590511. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ; BUSS, G.La Tutela Judicial de Los Drechos Sociales en Contextos de Escasez de Recursos In: Scritti in Onore di Maria Immordino.1 ed.Napoli: Editoriale Scientifica, 2022, v.I, p. 193-206.Palavras-chave: direitos sociais, Jurisdição ConstitucionalÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 97912597634642. BARBOZA, ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ; INOMATA, A.NOVS AUTORITARISMOS E LAWFARE: O JUDICIÁRIO COMO VÍTIMA? In: Lawfare: guerra jurídica e retrocesso democrático.1 ed.Curitiba: Ithala, 2022, v.IV, p. 349-392.Palavras-chave: autoritarismo, Democracia, Constitucionalismo abusivoÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 97865995278453. Del Puente, S. V.; BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZPrtoeção do meio ambiente e dos animais. Uma análise de Direito Constitucinal comparado: Brasil, Equador e Bolívia In: Direito Animal: Interloquções com outros campos do saber jurídico.1 ed.Curitiba: Editora UFPR, 2022, v.1, p. 145-182.Palavras-chave: direito constitucional comparadoÁreas do conhecimento: Direito ConstitucionalReferências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9786587448602

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

BRANCO, P. G.; ROBL FILHO, I. N. A Decisão de inconstitucionalidade: limites e possibilidades do controle de constitucionalidade de Leis, por órgãos administrativos, em diálogo com a jurisdição constitucional brasileira e com o exercício das competências do Conselho Nacional de Justiça In: AVANÇOS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: Diálogos Brasil-Portugal.1 ed.Lisboa: ICJP/CIDP, 2022, p. 124-166.KANAYAMA, R. L.; ROBL FILHO, I. N. A LITERATURA JURÍDICA BRASILEIRA E A INDEPENDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM ESCRITO EM HOMENAGEM A MARIA IMMORDINO In: SCRITTI IN ONORE DI MARIA IMMORDINO.1 ed.Napoli: Editoriale Scientifica, 2022, p. 1797-1811.ROBL FILHO, I. N.; KOZIKOSKI, S. M. Plenário Virtual, Poder de Agenda e Processos Deliberativos no Âmbito do Supremo Tribunal Federal In: Processo Constitucional Brasileiro: Propostas para a Reforma.1 ed.São Paulo: Almedina, 2022, v.1, p. 193-206.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

LIVROISAGUIRRE-TORRES, Katya R (Coord.Org) et al. Justiça socioambiental, crise ecológica, povos e natureza. Curitiba: Íthala, 2022. CAPÍTULOS DE LIVROS ANDRADE, J. P.; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES A ADI n.º 5.783 como denúncia da inconstitucionalidade da lei estadual n.º 12.910/13: quais os direitos e as vozes das comunidades de fundos de pasto? In: Direito Agrário Contemporâneo: por novas subjetividades. 1 ed. São Paulo: Dialética, 2022, v.1, p. 45-70. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9786525229171, Home page: <https://direitoagrarioppgda.com.br/> Livro publicado com apoio do Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES Edital nº25/2019, Auxílio 0335/2020, Processo 88881.470944/2019-01 KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES. A conexão das questões animal e ambiental para a reprodução da vida In: Direito animal: interlocuções com outros campos do saber jurídico. 1 ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2022, v.1, p. 47-64. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9786587448602. KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES A relação entre a turma Nilce de Souza Magalhães e os estudos socioambientais In: Educação jurídica insurgente: a experiência da turma Nilce de Souza Magalhães. 1 ed. Curitiba: CRV, 2022, v.1, p. 135-144. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786525122465, Home page: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/36809-educacao-juridica-insurgente-br-a-experiencia-da-turma-nilce-de-souza-magalhaes-br-turma-de-direito-ufpr-pronera> FALKIEWICZ, A. M. H.; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES A saúde indígena e o estado brasileiro: garantia de direitos em meio à crise sanitária da covid-19 In: Direito Agrário Contemporâneo: por novas subjetividades. 1 ed. São Paulo: Dialética, 2022, v.1, p. 131-156. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9786525229171, Home page: <https://direitoagrarioppgda.com.br/> Livro publicado com apoio do Programa de Apoio a Eventos no País - PAEP/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES Edital nº25/2019, Auxílio 0335/2020, Processo 88881.470944/2019-01 KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES Jornadas de agroecologia: construindo as bases de uma reforma agrária popular e ecológica In: Agroecologia e reforma agrária popular: um projeto ecológico das Jornadas de Agroecologia. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022, v.1, p. 349-388. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9786558910671 PIREZ, A. H.; KIAULENAS, J. F.; KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES O desastre de Mariana, responsabilidades e direitos In: Direito Agrário Contemporâneo : por um objeto ampliado : Volume 2. 1 ed. São Paulo: Dialética, 2022, v.2, p. 327-354. Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9786525228815, Home page: <https://direitoagrarioppgda.com.br/> Livro publicado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Edital nº25/2019, Auxílio 0335/2020, Processo 88881.470944/2019-01 ISAGUIRRE-TORRES, Katya R. EKO: direito ambiental para todos. In: SOUZA, Thais da Silva; SOARES, Juliana Janniffer Marcelino Xavier Leite Damas; LUZ, Elielton Horlem da; Dzieciol, Ivanise Rocio; SILVA, Vitor Hugo Gonzáles; BACH, Luiz Dionísio, (Orgs.). Experiências extensionistas 2021/2022. Curitiba: UFPR, 2022.

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Livros publicados/organizados ou edições 1. RAMINA, Larissa; SOUZA, Lucas Silva de (Org.). Lawfare: aspectos conceituais e desdobramentos da guerra jurídica no Brasil e na América Latina. Femenagem a Silvina Romano. 1. ed. Curitiba: GRD, 2022. v. 1. 365p .2. RAMINA, Larissa. LAWFARE E AMÉRICA LATINA. A guerra jurídica no contexto da guerra

híbrida, Volume 1. 1a. ed. CURITIBA: Ithala, 2022. v. 1.3. RAMINA, Larissa. LAWFARE E AMÉRICA LATINA. A guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. Volume 2. 1a. ed. Curitiba: Ithala, 2022. v. 1.4. RAMINA, Larissa. LAWFARE E AMÉRICA LATINA. A guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. Volume 3. 1a. ed. Curitiba: Ithala, 2022. v. 1.5. RAMINA, Larissa. LAWFARE. Guerra jurídica e retrocesso democrático. Volume 1. 1a. ed. Curitiba: Ithala, 2022. v. 1.6. RAMINA, Larissa. LAWFARE. Guerra jurídica e retrocesso democrático. Volume 2. 1a. ed. Curitiba: Ithala, 2022. v. 1. Capítulos de livros publicados 1. RAMINA, Larissa. O Golpe de Estado na Bolívia e a Organização dos Estados Americanos ? OEA como agente viabilizador do Lawfare.. In: Ramina Larissa; Souza, Lucas Silva de. (Org.). Lawfare: aspectos conceituais e desdobramentos da guerra jurídica no Brasil e na América Latina. Femenagem a Silvina Romano. 1ed. Curitiba: GRD, 2022, v. 1, p. 281-310. 2. RAMINA, Larissa; NUNES, Laura Maeda . Lawfare na América Latina, colonialidade do poder e colonialidade do saber: uma análise dos impactos do lawfare na produção do conhecimento. In: Ramina, Larissa; Souza, Lucas Silva de. (Org.). Lawfare: aspectos conceituais e desdobramentos da guerra jurídica no Brasil e na América Latina. Femenagem a Silvina Romano. 1ed. Curitiba: GRD, 2022, v. 1, p. 231-242. 3. RAMINA, Larissa. Lawfare e contexto histórico: os EUA e a construção gradativa da estrutura normativa e institucional para o combate à corrupção. In: RAMINA, Larissa. (Org.). Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. 1aed. CURITIBA: GRD, 2022, v. , p. 277-326. 4. RAMINA, Larissa; RICOBOM, Gisele . The Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (TIAR) and the New Condor Plan in the American Continent. In: RAMINA, Larissa. (Org.). Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. 1aed. CURITIBA: GRD, 2022, v. , p. 327-342. 5. RAMINA, Larissa; PRONER, Carol ; RICOBOM, Gisele . Cui prodest? O STF, o reconhecimento multidimensional da Operação Lava Jato e a compreensão da guerra híbrida contra o Brasil. In: RAMINA, Larissa. (Org.). LAWFARE. Guerra jurídica e retrocesso democrático. Volume 1. 1aed. Curitiba: GRD, 2022, v. , p. 28-39. 6. RAMINA, Larissa; GUAMAN, A. ; GENTILI, P. ; PRONER, Carol ; RICOBOM, Gisele ; GARZÓN, Baltazar ; ROMANO, S. ; SALDANHA, Jânia ; UCHOA, M. . El ?derecho internacional del enemigo? contra el primer mártir digital en la ?era de la información?: Julian Assange. In: PRONER, Carol e GENTILI, Pablo. (Org.). Assange: la verdad confiscada. 1aed. Buenos Aires: La Página, 2022, v. 1, p. 100-109. 7. RAMINA, Larissa. TWAIL - "Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional" e Direitos Humanos: algumas considerações. In: Tatiana Cardoso Squeff; Gabriel Pedro Moreira Damasceno. (Org.). Direito internacional Crítico. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v. 1, p. 77-90.

MARCELO MIGUEL CONRADO

Livros CONRADO, Marcelo. Arte, originalidade e direitos autorais. 1. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2022. v. 1. 352p .Capítulos de livros CONRADO, Marcelo. RUARO, Marcela Demeterco. DIREITO, ARTE E CIDADE: A TUTELA DOS DIREITOS AUTORAIS DO GRAFITE NO BRASIL, ESTADOS UNIDOS E REINO UNIDO. Anais do Conpedi 2022. XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU -SC. DIREITO, ARTE E LITERATURA. Org. Márcio Ricardo Staffen; Regina Vera Villas Boas; Renato Duro Dias. Conpedi, 2022. V. 1, p. 58-79. CONRADO, Marcelo; KOTINDA, T. C. Z. ; BOZO, A. M. H. . CAPÍTULO XIV - RESTAURAÇÃO DOS AUTOS - ARTIGOS 712 A 718. In: Organizador Geral: José Sebastião Fagundes Cunha - Organizadores: Eduardo Augusto Salomão Cambi e Antônio César Bochenek. (Org.). Código de Processo Civil Comentado. 2ed. Curitiba: Jurua, 2022, v. 1, p. 1146-1153. CONRADO, Marcelo; KOTINDA, T. C. Z. ; BOZO, A. M. H. . CAPÍTULO XV - DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA - SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGOS 719 A 725. In: Organizador Geral: José Sebastião Fagundes Cunha - Organizadores: Eduardo

Augusto Salomão Cambi e Antônio César Bochenek. (Org.). CAPÍTULO XV - DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA - SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGOS 719 A 725. 2ed. Curitiba: Juruá, 2022, v. , p. 1154-1158. CONRADO, Marcelo; KOTINDA, T. C. Z. ; BOZO, A. M. H. . SEÇÃO II - DA NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO - ARTIGOS 726 A 730. In: Organizador Geral: José Sebastião Fagundes Cunha - Organizadores: Eduardo Augusto Salomão Cambi e Antônio César Bochenek. (Org.). Código de Processo Civil Comentado. 2ed. Curitiba: Juruá, 2022, v. 1, p. 1159-1162. POTTIER, Marc ; VOSNIKA, Juliana V. A. ; CONRADO, MARCELO . All red, read all. Afinidades apropriadas. In: Marc Pottier e Juliana Vosnika. (Org.). Livro bilingue da exposição Afinidades - MON. 1ed. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2022, v. 1, p. 96-101. CONRADO, Marcelo; Nogueira, Diego . (A)gente na fotografia. 1. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Comunicação Social e Cultura, 2022. v. 1. 31p.

MARCO AURELIO SERAU JUNIOR

1. SERAU JUNIOR, M. A.; FERNANDES, A. P. (Org.) ; SANTOS, R. C. (Org.) . Tratado dos benefícios por incapacidade. 1. ed. Belo Horizonte: Editora IEPREV, 2022. v. 1. 444p .2. SERAU JUNIOR, M. A.. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei 8213/1991. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2022. v. 1. 372p .3. DONOSO, Denis ; SERAU JUNIOR, M. A. . Manual dos recursos Cíveis - Teoria e Prática. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. v. 1. 572p .4. FERNANDES, A. P. (Org.) ; SERAU JUNIOR, M. A. (Org.) ; SANTOS, R. C. (Org.) . Análises, Críticas e Desafios da Previdência Social Atual. 1. ed. Belo Horizonte: Editora IEPREV, 2022. v. 1. 398p .5. FERNANDES, A. P. (Org.) ; SANTOS, R. C. (Org.) ; SERAU JUNIOR, M. A. (Org.) . Revisão da Vida Toda. 2. ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2022. v. 1. 124p .1. SERAU JUNIOR, M. A.. Lawfare e Direitos Sociais. In: RAMINA, Larissa. (Org.). Lawfare e retrocessos sociais e ambientais. 1ed. Curitiba: Ithala, 2022, v. 5, p. 533-550. 2. SERAU JUNIOR, M. A.. Recurso Extraordinário em matéria trabalhista. In: ANDRADE, Dino; CALCINI, Ricardo. (Org.). Estratégias da Advocacia no TST. 1ed. Leme: Mizuno, 2022, v. 1, p. 371-381. 3. SERAU JUNIOR, M. A.. OS MISERÁVEIS (VICTOR HUGO): A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. In: PASSOS, Fábio Luiz dos; TRICHES, Alexandre Schumacher. (Org.). Previdência nas Artes ? A Previdência e a Literatura. 1ed. Curitiba: Alteridade, 2022, v. , p. 249-260. 4. SERAU JUNIOR, M. A.; SOUZA, L. R. . MP 881/2019 - Declaração de Liberdade Econômica: os impactos trabalhistas na jornada de trabalho. In: GRILLO, Sayonara; GUIMARÃES, Denise de Almeida; TRIANI, Verônica de Araújo; FREITAS, Bruno Moreno Carneiro. (Org.). Estudos Críticos sobre o mundo do trabalho - Coleção Trabalho em Rede - volume II. 1ed. Belo Horizonte: RTM, 2022, v. II, p. 101-114. 5. SERAU JUNIOR, M. A.. Artigo 459 da CLT (verbete). In: CALCINI, Ricardo; LOPES FILHO, Abel Ferreira; FONSECA, João José da. (Org.). CLT Comentada artigo por artigo. 1ed. Leme: Mizuno, 2022, v. 1, p. 299-300. 6. SERAU JUNIOR, M. A.. Precedentes Vinculantes em matéria previdenciária. In: FERNANDES, Ana Paula; SANTOS, Roberto de Carvalho; SERAU JR., Marco Aurélio. (Org.). Análises, Críticas e Desafios da Previdência Social Atual. 1ed. Belo Horizonte: Editora IEPREV, 2022, v. 1, p. 321-332. 7. SERAU JUNIOR, M. A.; GIESE, L. N. . A tecnologia e o conceito de trabalho subordinado: breves pontuações à luz da uberização do trabalho. In: SALADINI, Ana Paula Sefrin; MARQUES FILHO, Lourival Barão. (Org.). Direito do Trabalho e novas tecnologias - volume II. 1ed. Londrina: Thoth Editora, 2022, v. 1, p. 45-64. 8. SERAU JUNIOR, M. A.. Os labirintos processuais e o Tema n. 1102 da Repercussão Geral (Revisão da Vida Toda). In: FERNANDES, Ana Paula; SANTOS, Roberto de Carvalho; SERAU JR., Marco Aurélio. (Org.). Revisão da Vida Toda. 2ed. Belo Horizonte: IEPREV EDITORA, 2022, v. , p. 112-124. 9. SERAU JUNIOR, M. A.. O devido processo legal e sua aplicação nas ações relativas a direitos fundamentais sociais. In: Gregório Assagra de Almeida, José Jorge Tannus Neto, Luiz Dellore, Marcos Stefani.. (Org.). Os

caminhos e descaminhos do devido processo legal : na visão da doutrina estrangeira e brasileira. 1ed. Belo Horizonte: D'Placido, 2022, v. 1, p. 701-720.

MELINA GIRARDI FACHIN

CAMBI, E.; PORTO, L. A.; FACHIN, Melina Girardi Constituição e Direitos Humanos - tutela dos grupos vulneráveis. São Paulo: Almedina Brasil, 2022, v.1. p.668. PAMPLONA, D.; FACHIN, Melina Girardi; ATCHABAHIAN, A. C. R. C. Mulheres, direitos humanos e empresas. São Paulo: Almedina, 2023, v.1. p.402. FACHIN, Melina Girardi; KANAYAMA, R. L. Constitutional Ethos: igualdade para o bem comum. Florianópolis: Emais, 2022, v.1. p.1. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina Girardi; MELLO, P. P. C. Diálogos Constitucionais Transformadores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v.1. p.308. Constitucionalismo Feminista In: Dicionário Feminista Brasileiro. 1 ed. São Paulo: Dialética, 2022, v.1, p. 71-77. FACHIN, Melina Girardi; DENORA, E. CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA E A TRANSGRESSÃO DAS FRONTEIRAS DO ESTADO MODERNO: UM ENSAIO A PARTIR DOS DIREITOS REPRODUTIVOS In: Direito, gênero e raça: um debate necessário. 1 ed. Londrina: Thoth, 2022, v.1, p. 3-4. DENORA, E.; FACHIN, Melina Girardi Constitucionalismo Feminista e a Transgressão das Fronteiras do estado Moderno: um ensaio a partir dos direitos reprodutivos In: Direito, Gênero e Raça: um debate necessário - reflexões interdisciplinares. 1 ed. Londrina: Thoth, 2022, v.1, p. 57-80. OLSEN, A. C. L.; FACHIN, Melina Girardi Diálogo judicial cooperativo: oportunidade para o Supremo Tribunal Federal ingressar no Gus Constitucional Commune Latino-americano In: Direitos Humanos, Filosofia, Teologia e Direito. 1 ed. Pelotas: NEPFIL, 2022, v.1, p. 166-187. PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi Direitos Humanos das Mulheres, família e violência: reflexões à luz da lei 11.340/2006 (lei Maria da Penha) In: Direito das Famílias por Juristas Brasileiras. 2 ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v.1, p. 647-666. NAKAMURA, E. K.; FACHIN, Melina Girardi Entre a Imunidade Formal e a impunidade material: uma análise a partir do caso Márcia Barbosa de Souza In: Direito Parlamentar e Decisões do Supremo Tribunal Federal. 1 ed. Curitiba: Ithala, 2022, v.1, p. 155-178. PIOVESAN, F.; FACHIN, Melina Girardi Implementação das Recomendações da CIDH no Constitucionalismo Brasileiro: propostas e perspectivas In: Diálogos constitucionais Transformadores. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v.1, p. 35-70. GODOI, C.; FACHIN, Melina Girardi Memória, substantivo feminino: o papel das mulheres no resgate da memória das ativistas militantes contra a ditadura militar no Brasil In: Mulheres, Direito e Protagonismo Cultural. 1 ed. São Paulo: Almedina, 2022, v.1, p. 519-550. FACHIN, Melina Girardi; TRIPPIA, L. M. Mulheres indígenas: a necessária abordagem interseccional para o alcance da igualdade de gênero In: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Covid-19: impactos e perspectivas. 1 ed. Londrina: Thoth, 2022, v.1, p. 1-1. RAMOS, C. M. V.; BONATTO, M.; FACHIN, Melina Girardi "O Brasil é a virgem que todo tarado quer": populismo e o retrocesso nas políticas de gênero In: Erosão Constitucional. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v.1, p. 47-66. BRAGA, F. R.; FACHIN, Melina Girardi Patriarcalismo, Capitalismo e Gênero: vulnerabilidades femininas em tempos de pandemia In: Impactos do Coronavírus no Direito Diálogos, reflexões e perspectivas contemporâneas. 1 ed. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2022, v.1, p. 382-401. SKUDELAREK, A. L.; ARCHEGAS, J. V.; FACHIN, Melina Girardi Telegram, Novo Conservadorismo e Escalada Autoritária: contornos do constitucionalismo digital no Brasil In: Erosão Constitucional. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v.1, p. 175-200.

RUI CARLO DISSENHA

1. DISSENHA, R. C.; STACHESKI, I. C. . O Lawfare na Guerra ao Terror: crimes de guerra vinte anos depois da pretensão estadunidense de mudança do Direito Internacional

Humanitário. In: Larissa Ramina. (Org.). *Lawfare: guerra jurídica e retrocesso democrático*. 1ed. Curitiba: Íthala, 2022, v. IV, p. 93-116. 2. DISSENHA, R. C.; GONCALVES, A. . Para Além da Dúvida Razoável: breves apontamentos sobre o standard das decisões do Supremo Tribunal Federal. In: Paulo Roberto Incott Jr.; Paulo Silas Taporosky Filho. (Org.). *O Processo Penal Brasileiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. 1ed. Londrina: Thoth, 2022, v. , p. 171-189.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

2) Tatyana Friedrich. El acceso a la ciudadanía y reconocimiento de competencias y educación previas de los migrantes y refugiados en Brasil. In: Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Priscila Moreto de Paula. (Org.). *MIGRANTES Y REFUGIADOS: Un acercamiento basado en la Centralidad del Trabajo y en la Justicia Social*. 1ed. Brasília: MPT, 2022, v. 1, p. 171-185.

TAYSA SCHIOCCHET

1. Quantidade de PIBICs e de orientações de TCCs concluídos ou em andamento, no ano (informar os nomes dos orientandos). 2. Parcerias nacionais e internacionais (informar a universidade e o país, se internacional; informar o PPG, a universidade e o estado, se nacional). 3. Participação em organizações da sociedade civil relevantes para o programa (informar qual a organização, o país e a relevância). 4. Egressos (relacionar egressos orientados de 2018 a 2022 e eventuais fatores de destaque [prêmios, reconhecimentos, menções honrosas, etc.]). (Informar a produção acadêmica desses egressos (título, periódico ou equivalente, data de publicação, etc.)). 5. Informar a eventual realização de atividades que trouxeram novos contatos, os quais ocupam cargos de destaque que dão visibilidade ao PPGD fora do meio acadêmico. Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. 6. Informar a eventual participação, em entidades da sociedade civil que possam ser destacadas no Brasil e no mundo (não de pesquisa, mas de ação). Informar qual o cargo/função mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. 7. Informar a eventual organização de eventos pelo PPGD, presenciais ou online ou híbridas. Informar o evento e os participantes. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. Seguir o padrão: “TÍTULO DO EVENTO – Nome do professor convidado (Universidade, País)”. 8. Informar a eventual coordenação ou realização de visitas técnicas no Brasil ou no exterior. Informar qual a atividade mediante resumo que indique também quais os fatores de destaque. Se internacional, informar a universidade e o país; se nacional, informar o PPG, a universidade e o estado. 9. Informar a eventual condução de estratégias inovadoras em educação (clínicas de direitos, uso de tecnologias, métodos inovadores. Informar qual a atividade mediante resumo e indicar também quais os fatores de destaque, parcerias, número de participantes e outras informações relevantes). 10. Informar se, mediante projetos, comprou material permanente ou de expediente para o PPGD (informar quais foram as eventuais aquisições). 11. Supervisão em estágios de docência. 12. Projetos de pós-doutorado ou estágio sênior (concluídos e em andamento) (informar se concluído ou em andamento, nome do pós-doutorando/estagiário, tema de pesquisa, mês e ano de início e de fim) 13. Coautoria de artigos com professores parceiros. 14. Publicações fora do país (artigos em revistas, capítulos de livros, livros escritos, livros organizados). (Copiar e colar as informações registradas no Currículo Lattes; adicionar ao final da informação referente a cada artigo e entre parênteses, a cidade e país da publicação). 15. Participação, como membro, de banca de qualificação ou de defesa no PPGD, da qual tenha participado professor estrangeiro (informar o nome do professor estrangeiro, a universidade de vínculo e o país). 16. Participação

como membro, de banca de qualificação ou de defesa fora do País (informar o ano de participação, o curso [mestrado ou doutorado], o nome do candidato e do orientador, a universidade e o país). 17. Apresentação de palestra ou trabalho em eventos fora do país (informar o nome do evento e da apresentação, a comissão organizadora, a cidade, o país e o ano). 18. Organização de eventos fora do país (informar o nome, local e ano do evento, os nomes dos participantes, seus países e instituições de vínculo). 19. Participação em projeto de pesquisa internacional (descrever resumidamente o projeto, informar se foi financiado ou não e o nome do eventual financiador). 20. Participação em projeto de extensão internacional (descrever resumidamente o projeto, informar se foi financiado ou não e o nome do eventual financiador). 21. Participação em rede de pesquisa internacional (descrever resumidamente a rede e informar os nomes dos envolvidos, se foi financiado ou não e o nome do eventual financiador). 22. Informar a ocorrência de orientação de discente que tenha participado em atividades internacionais (informar o nome do orientando e da atividade, local, período, se foi financiado ou não e o nome do eventual financiador). 23. Informar a oferta de disciplina, no PPGD, em idioma estrangeiro (informar o nível do uso do idioma estrangeiro: nível I, se utilizada apenas bibliografia 100% em idioma estrangeiro; nível II, se, além da bibliografia, tenha havido algumas apresentações e discussões em idioma estrangeiro; e nível III, se a disciplina foi aplicada integralmente – inclusive a avaliação – em idioma estrangeiro. Informar, em qualquer caso, o nome da disciplina, o idioma, o número de créditos, além do nível). 24. Informar a realização de projetos relacionados ao ensino básico (informar o nome do projeto, suas características básicas e quais os fatores de destaque). 25. Informar a autoria do que considera os dois principais produtos pessoais (informar os nome dos produtos, suas características básicas e quais os fatores de destaque). 26. Informar a oferta de disciplina em conjunto com outros programas de pós-graduação, internacionais (ano, nome da disciplina, universidade e país) ou nacionais (ano, nome da disciplina, nome do PPG e estado). 27. Informar a realização de atividades que promoveram diversidade ou relacionadas a essa temática (ano, nome ou descrição resumida, local e forma de promoção da diversidade). 28. Informar a realização de ações envolvendo crianças e adolescentes ou adultos vulneráveis, com a indicação das atividades realizadas que promoveram reflexões/análises/pesquisas/estudos relacionados a essa temática (ano, nome ou descrição resumida da ação, local e forma de promoção). 29. Informar a ocorrência de ações/atividades/reflexões/análises/pesquisas/estudos que geraram impacto social, tais como a participação em audiência pública, como amicus curiae e eventual citação pessoal em decisões (ano, nome ou descrição resumida da ação, local e forma de geração de impacto social). 30. Informar até 5 (cinco) produções bibliográficas (artigos em periódicos, livros ou capítulos de livro), de destaque, de orientandos egressos do PPGD–UFPR nos últimos 5 (cinco) anos (2018 a 2022). Copiar os dados completos no Currículo Lattes do egresso. Informar os nomes completos dos autores. 31. Ações/atividades fora do circuito científico (participação ativa em eventos não científicos, veiculados em TV/rádio/internet/redes sociais [entrevista, podcast, etc.]) (informar o nome ou a descrição resumida da ação, local, data e eventual link de acesso). 32. Informar a realização de eventuais ações/atividades de solidariedade entre PPGs (nome ou descrição resumida da ação, PPGs envolvidos, universidade e estado). 33. Orientação de estudante estrangeiro (informar o nome do estudante, país de origem e ano de ingresso no PPGD–UFPR). Livro organizados 1. SCHIOCCHE, T.; RIBEIRO, C. F. T.; FELIX, L. P. Metodologias da Educação Clínica no Ensino Superior. Porto Alegre: Multifoco, 2022 p.252.

RICARDO PRESTES PAZELLO

PAZELLO, Ricardo Prestes; BITTENCOURT, Naiara Andreoli (Org.) ; SILVA, Jonas Jorge da (Org.) . Música e política: subsídios para um debate popular. 1. ed. Curitiba: Kotter, 2022. 152p. PAZELLO, Ricardo Prestes; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da (Org.) ; CARVALHO, Euzamara de (Org.) . A luta pela terra, água, florestas e o direito: programa de formação permanente. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. v. 3. 248p. PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano (Org.) ; GONÇALVES, Eloísa Dias (Org.) . Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (Turma de Direito/UFPR/PRONERA). 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. 210p. PAZELLO, Ricardo Prestes. De 1917 pra cá: uma introdução ao samba da resistência. In: Ricardo Prestes Pazello; Naiara Andreoli Bittencourt; Jonas Jorge da Silva. (Org.). Música e política: subsídios para um debate popular. 1ed. Curitiba: Kotter, 2022, v. , p. 23-34. PAZELLO, Ricardo Prestes. Ecotonia política: uma breve história da relação entre música e política no Paraná. In: Ricardo Prestes Pazello; Naiara Andreoli Bittencourt; Jonas Jorge da Silva. (Org.). Música e política: subsídios para um debate popular. 1ed. Curitiba: Kotter, 2022, v. , p. 107-124. PAZELLO, Ricardo Prestes. A antimatemática de uma CPP: experiência insurgente de educação jurídica. In: Ricardo Prestes Pazello; Manoel Caetano Ferreira Filho; Eloísa Dias Gonçalves. (Org.). Educação jurídica insurgente: a experiência da Turma Nilce de Souza Magalhães (Turma de Direito/UFPR/PRONERA). 1ed. Curitiba: CRV, 2022, v. , p. 55-65. PAZELLO, Ricardo Prestes. Afinal, o que é o uso tático do direito insurgente?. In: César Augusto Costa; Lucas Machado Fagundes; Jackson da Silva Leal. (Org.). Direitos humanos desde a América Latina: práxis, Insurgência e libertação. 1ed. Porto Alegre: Fi, 2022, v. 2, p. 79-105. PAZELLO, Ricardo Prestes; ESTECHE, Bárbara Górski . Direito insurgente, cooperativismo e movimentos populares do campo. In: Rafael Alem Mello Ferreira. (Org.). Desafios do direito do trabalho e previdenciário no século XXI. 1ed. São Paulo: Dialética, 2022, v. 1, p. 67-93. PAZELLO, Ricardo Prestes; ESTECHE, Bárbara Górski . Direito insurgente, cooperativismo e movimentos populares do campo: uso tático do direito cooperativo nas formulações do MST sobre reforma agrária popular. In: Amanda Ferraz da Silveira; Carlos Frederico Marés de Souza Filho; Ener Vaneski Filho; Manuel Munhoz Caleiro; Rachel Libois. (Org.). Conflitos socioambientais, territorialidades e fronteiras. 1ed. Curitiba: CEPEDIS, 2022, v. II, p. 133-152. PAZELLO, Ricardo Prestes. A fronteiricidade da forma jurídica: uma leitura insurgente para a antropologia jurídica. In: Carlos Rivera Lugo. (Org.). Boletín Crítica jurídica y política en Nuestra América. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022, v. 12, p. 41-48. PAZELLO, Ricardo Prestes; MEDEIROS, Giulia Helena Cavassim ; BUGALSKI, Lucas Miguel Gonçalves . A razão como rosa na cruz do sofrimento presente: Hegel e Marx debatem o estado. In: Angela Couto Machado Fonseca; Thiago Freitas Hansen. (Org.). Grandes debates jurídicos da filosofia e teoria do direito: a consolidação de um campo de pesquisa. 1ed. Curitiba: NEFIT/UFPR, 2022, v. 1, p. 216-251. PAZELLO, Ricardo Prestes. Notas introdutórias ao direito achado n'Acumulação do capital, de Rosa Luxemburgo. In: Guilherme Leite Gonçalves; César Mortari Barreira. (Org.). Rosa Luxemburgo: atualidade da análise política, da teoria econômica e da crítica do direito. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, v. , p. 237-248. PAZELLO, Ricardo Prestes; PRADO, Ana Beatriz Castro do ; ESTECHE, Bárbara Górski ; CALIXTO, Carolina Alexandre . Contribuições da atuação conjunta entre assessoria jurídica popular e movimentos populares: percepções a partir da parceria do MAJUP Isabel da Silva com o Acampamento Maila Sabrina. In: Katya Regina Isaguirre-Torres. (Org.). Justiça socioambiental, crise ecológica, povos e natureza. 1ed. Curitiba: Íthala, 2022, v. , p. 193-198.

SIDNEI MACHADO

Livros publicados/organizados ou edições1.MACHADO, Sidnei.; Alexandre Pilan Zaroni (Org.). O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos. 1. ed. Curitiba: Clínica Direito do Trabalho, 2022. v. 1000.Capítulos de livros publicados1.MACHADO, Sidnei. Direitos. In: Sidnei Machado, Alexandre Pilan Zaroni. (Org.). trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos. 1ed.Curitiba: Clínica Direito do Trabalho, 2022, v. , p. 165-221.2.MACHADO, Sidnei.; TELLES, A. F. O. Viver para Produzir: Entregadores por Aplicativo e a análise da Remuneração por Produtividade. Estudos críticos sobre o mundo do trabalho. 1ed.: , 2022, v. , p. 69-78.3.MACHADO, SIDNEI. Representação coletiva dos trabalhadores digitais. In: Mauricio José Godinho Delgado; Ricardo José Macedo de Britto Pereira; Valéria de Oliveira Dias; Simone Soares Bernardes; Aline Bessa de Meneses, Yuli Barros Monteiro Rodrigues. (Org.). Democracia, Sindicalismo e Justiça Social. 1ed.São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, v. 1, p. 749-756.

Produção Intelectual: **Associe a produção bibliográfica e técnica de 2022 aos respectivos projetos.**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2022

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

EDUARDO TALAMINI

Atuação como coordenador do projeto de pesquisa intitulado “Meios adequados de solução heterônoma de conflitos, dentro e fora do Estado”. O projeto destina-se ao exame dos controles internos e externos da legitimidade da arbitragem como meio de solução de conflitos. Não há financiamento do projeto. Atuação como líder do Grupo de Pesquisa “Meios adequados de solução heterônoma de conflitos, dentro e fora do Estado” certificado pelo CNPq (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/326267>).

SERGIO CRUZ ARENHART

Projeto “Rede Internacional de Pesquisa ProcNet – Justiça Civil e Processo Contemporâneo”.

Novos Paradigmas do Direito

JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Direitos Humanos e Justiça - Saúde, igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades - Agenda 2030 no STF – Acordo de Cooperação UFPR/STF

MARILIA PEDROSO XAVIER

Projeto sem financiamentoAspectos controvertidos do direito privado contemporâneoDescrição: Pretende-se abordar a liberdade e a autonomia no direito de família e sucessões, em contraposição à heteronomia Estatal, adotando-se como objetivo geral o esclarecimento conceitual sobre a autonomia privada, autonomia existencial e liberdade como desdobramento teórico da dignidade humana, bem como verificando-se a pertinência da distinção dessas categorias no campo de estudo eleito. Como objetivos específicos pretende-se tratar a extensão e limites dos espaços de autorregramento nas relações de conjugalidade e nas relações de parentalidade do direito de família e nas disposições patrimoniais e pessoais do direito sucessório. **LIBERDADE X INTERVENÇÃO: O ESTADO COMO FONTE HETERÔNOMA DE REGULAMENTAÇÃO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES E O EXERCÍCIO DA AUTODETERMINAÇÃO**Descrição: O projeto de pesquisa aborda o tema da liberdade e da autonomia no direito de família e de sucessões em contraposição à heteronomia Estatal. O objetivo geral adotado gira em torno do aprofundamento conceitual sobre os conceitos de autonomia privada, autonomia da vontade, autonomia existencial e liberdade (bem como as diferenciações em torno deles). Como objetivos específicos pretende-se tratar da extensão e dos limites dos espaços de autorregramento nas relações de conjugalidade e nas relações de parentalidade do direito de família, bem como nos engastamentos legislativos das disposições patrimoniais e pessoais do direito sucessório brasileiro contemporâneo.

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

Projeto de Pesquisa Virada de Copérnico; Novos Delineamentos da Responsabilidade Civil; Convenção de Viena Sobre Compra e Venda Internacional de Mercadoria (CISG);

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

EMERSON GABARDO

SENSED – Projeto Espaço, Sociedade e Desenvolvimento Programa Institucional de Internacionalização da CAPES Financiador: CAPES objetivo do projeto é compreender os desafios que se apresentam ao conhecimento e interpretação do mundo contemporâneo, relacionados às dimensões espacial, econômica e social da realidade. Abordam-se os desafios atuais em suas mais variadas dimensões: social, técnica, metodológica, jurídica, econômica, ambiental, cultural, da geoinformação. A meta é oferecer interpretações a respeito das transformações sociais e espaciais em curso no mundo atual, a partir dos ganhos teóricos propiciados pela interação com a equipe estrangeira, resultando em ganhos substanciais e recíprocos para o conjunto das universidades envolvidas. A equipe nacional é formada por 26 docentes, os quais atuam em 6 PPGs da UFPR (Ciências Geodésicas, Desenvolvimento Econômico, Direito, Geografia, Políticas Públicas e Sociologia). A equipe estrangeira é altamente qualificada e foi composta por meio da priorização de relações já estabelecidas e que tiveram êxito no desenvolvimento de parcerias de trabalho no âmbito da pós-graduação. Assim, foram contatadas 28 universidades, das quais ao menos um interlocutor foi convidado. Dentre elas mencionam-se: Massey University - Nova Zelândia; Politecnico di Milano - Itália; Technion, Israel Institute of Technology - Israel; The Ohio State University - Estados Unidos; The University of Illinois at Urbana-Champaign - Estados Unidos; Universidad Autónoma de Aguascalientes - México; Universidad de Alicante - Espanha; Universidad de Guadalajara - México; Universidad de Málaga - Espanha; Universidad de Vigo - Espanha; Universidad Nacional de Tucumán - Argentina; Universidade de Girona - Espanha; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne - França; University of Angers - França; University of Pretoria - África do Sul; University of Twente - Holanda; Victoria University of Wellington - Nova Zelândia, Universidad. São instituições com larga experiência em pesquisa, ensino e, em geral, com forte presença internacional no campo da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos de alto nível. Encontram-se bem posicionadas quando comparadas internacionalmente, e se distribuem espacialmente principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina. Pretende-se ampliar os vínculos existentes por meio do presente projeto, além de explorar novas possibilidades de interação, com a inserção de novas parcerias.

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

Projeto: Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: educação, intervenções e culturas. UEPG/ABEC (BRASIL) - Associação Brasileira de Editores Científicos Financiador pelo CNPq Participantes: Adrián Ascolani - Titular de la Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes. Elida Lucila Campos Alba - Supervisora General de Sector Escolar Preescolar Servicios Educativos Integrados al Estado de México Red Historia de la Educación Preescolar. José Manuel Silvero Arévalos - Docente investigador de la Universidad Nacional de Asunción. Cristian David Andino Rojas - Profesor en la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad Católica (UC) y en la Facultad de Estudios de Postgrado de la Universidad del Norte (UNINORTE). Guillermo Patricio Ortiz Morán - Profesor de Historia, Geografía y Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma de Chile Campus Talca

(UA).Cláudio Suasnábar –Profesor de Política Educativa en Universidad Nacional deLa Plata - Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.Sonia Elizabeth Riveros - Profesora en Ciencias de la Educación en Enseñanza Media ySuperior.Maria Julieta Weber - Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa.Erivan Cassiano Karvat - Professor associado do Departamento de História e doPrograma de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa(UEPG)José María Casco - Profesor-Investigador de la Facultad de Ciencias Sociales de laUniversidad de Buenos Aires (UBA) y de la Universidad Nacional de San Martín, Argentina.Maria Cristina Machado - É Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá - UEM,onde trabalha desde 1990.Magda Sarat - Professora Titular da Faculdade de Educação na UniversidadeFederal da Grande Dourados.Martín Aveiro - Profesor-investigador adjunto ordinario, con dedicación exclusiva, deTeoría Educativa en el Departamento de Ciencias de la Educación de la UniversidadNacional del Sur.Emmanuel Stefanelli - Profesor en Ciencias de la Educación por la Universidad Nacional del Comahue (UNCo) y becario doctoral CONICET con sede en el Instituto Patagónico deEstudios en Humanidades y Ciencias Sociales (IPEHCS).

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

2)2021 Atual Núcleo de Criminologia e Política Criminal PPGD/UFPRDescrição: Núcleo de pesquisa com os objetivos de: Analisar o processo de criminalização primária em diversos projetos de lei,assim como leis novas que tenham como proposta aume ntar o campo da criminalização primária e, conseqüentemente, de modoinstrumental, o processo de criminalização secundária, ou seja, a atuação das agências oficiais de controle social (polícia,Ministério Público, Judiciário e agentes penitenciários); Elab orar a crítica a esses projetos e leis e propor alternativas.Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisaIntegrantes: Marco Aurélio Nunes da Silveira; Katie Silene Cáceres Argüello (Responsável)3)2021 Atual Núcleo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social PPGD/UFPRDescrição: Núcleo de pesquisa com o objetivo de estar a vinculação entre o sistema penal e a filosofiada linguagem, dividindose em vários eixos de pertinência temática, entre os quais está a filosofia da linguagem e as garantias no processo penal.Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisaIntegrantes: Marco Aurélio Nunes da Silveira; Paulo Cesar Busato (Responsável)

SÉRGIO SAID STAUT JUNIOR

Coordenador do projeto de pesquisa “A hermenêutica no direito brasileiro” – Não há atualmente nenhum financiamento. Projeto desenvolvido no Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná tanto no âmbito da Graduação como na Pós-graduação (anos 2021 e 2022).Coordenado do projeto de pesquisa “Aspectos e importância do ius commune no direito civil brasileiro pré-codificado”. – Não há atualmente nenhum financiamento. Projeto desenvolvido no Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná tanto no âmbito da Graduação como na Pós-graduação (anos 2021 e 2022).

Perspectivas da Dogmática Crítica

FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR

“O Crime De Corrupção Na Jurisprudência Dos Tribunais Superiores: 2009-2019”Debate sobre a jurisprudência no STJ a respeito do tema. Não foi financiado.

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

“*Benefícios Fiscais e Desenvolvimento no Distrito Federal: Entre Extrafiscalidade e Capacidade Contributiva”.*Breve Descrição: Trata-se de um Projeto de Pesquisa motivado por

dois trabalhos conjuntos, elaborados e publicados por nós, da UFPR, e pelo Prof. Maurício Timm do Valle, da UCB, em 2021, que examina os Incentivos Tributários instituídos pelo Distrito Federal, especialmente a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias do DF – Lei nº 6.934, de 05.08.2021, e legislação complementar, analisando a suficiência das respectivas exposições de motivo, de modo a permitir o adequado controle do Princípio da Proporcionalidade. *Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

VERA KARAM DE CHUEIRI

Direito em tempos de pandemia. Impacto nos direitos humanos no Brasil: análise das medidas jurisdicionais e outras emergenciais no contexto de COVID-19 e seus reflexos. Fazer levantamento e análise das decisões judiciais do STF, demais tribunais e atos estatais relacionados à pandemia da COVID-19 relacionado-os com a garantia ou retrocesso em direitos humanos. O levantamento também servirá de referência para iniciativas institucionais de enfrentamento direto e indireto da pandemia. UFPR, PPGD/UFPR, Defensoria Pública do PR, MP/PR, financiado pela UFPR, Edital COVID- PROplan e FUNPAR

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ANA CARLA HARMATIUK MATOS

Projeto: Direito à livre constituição de família: a pluralidade familiar no Brasil e a proteção dos grupos vulneráveis Descrição: Este projeto busca, em seu princípio, defender a livre constituição de família como um direito fundamental do indivíduo na sociedade brasileira. Defende-se, portanto, que cada um deve possuir a liberdade para constituir seu núcleo familiar de acordo com suas próprias escolhas. Além disso, há de se considerar que, na realidade brasileira, as famílias são também ambientes de violência, principalmente contra seus membros mais vulneráveis ? sobretudo mulheres, crianças e idosos. Portanto, este trabalho tem como objetivo, ainda, explorar a situação desses grupos vulneráveis, buscando expor o tratamento dado pelo Direito a essas questões. Financiamento: Foram concedidas duas bolsas aos orientandos do Projeto Direito à livre constituição de família: a pluralidade familiar no Brasil e a proteção dos grupos vulneráveis pela i) CNPq (PIBIC); e ii) Fundação Araucária (PIBIC). Projeto: Conditions of the recognition of the civil status of transsexual and transgender people Descrição: Relatório acerca do contexto legislativo, judicial e de políticas públicas relativo aos direitos da população trans no Brasil.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

1. EKO: núcleo de pesquisa e extensão em direito socioambiental. Projeto de pesquisa registrado junto à UFPR, para participação em editais de iniciação científica. Sem financiamento. Descrição: Grupo de pesquisa e extensão voltado ao estudo do direito socioambiental que busca o diálogo com diferentes áreas do conhecimento para uma cultura científica ao serviço de uma sociedade pluralista, deliberativa e democrática. O seu objetivo é a análise crítica do direito na perspectiva da justiça socioambiental, em uma abordagem interdisciplinar de mundos em movimento, que compreende a conexão com a Terra, a cooperação e a comunalidade, as relações humanas e não-humanas e o bem viver. A perspectiva de trabalho se vale da pesquisa aliada a extensão comunicativa, para o fim de compreender as experiências e os conflitos vivenciados por agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais enquanto giros eco-territoriais para a re-existência. São temas de interesse do núcleo: legislação socioambiental e práticas do direito em questões como direito à terra, ao território, inter-relacionalidade, bens comuns, conflitos e injustiça socioambiental,

entre outros. São campos de interesse do núcleo: direito ambiental, direito agrário, direito à terra e território, direito humano à alimentação adequada e culturalmente adaptada, direito animal. O núcleo de pesquisa dá continuidade aos trabalhos já desenvolvidos no projeto Ekoa: direito, movimentos sociais e natureza, vinculado ao Programa de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR. A atualização do núcleo Ekoa teve por objetivo reunir pesquisa e extensão universitárias vinculadas ao departamento de direito público e ao programa de pós-graduação em direito da UFPR. Bolsas PIBIC e PIBIS.

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

● AMMAR - Aliança de Mulheres, Migrantes, Apátridas e Refugiadas: A AMMAR tem por objetivo atuar em ações de prevenção e acompanhamento de casos de violências de gênero envolvendo a comunidade migrante, envolvendo o projeto Move de Psicologia e o Projeto Hospitalidade do Direito, ambos componentes do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira da UFPR. ● Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade: Fornece assessoria jurídica gratuita a migrantes em Curitiba e Região, através da participação de 50 alunos de direito e áreas afins, sobretudo da UFPR, mas também de outras instituições. As ações acontecem na sala 28 do Prédio Histórico da UFPR. ● Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira: agrega Projetos de Extensão de diversos cursos de graduação, destinando-se ao atendimento interdisciplinar a pessoas migrantes e refugiadas.

TAYSA SCHIOCCHET

• 2022 - Atual Litigância e advocacy como estratégia de pesquisa e popularização dos direitos sexuais e reprodutivos
Descrição: Edital CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 (Universal). Trata-se de projeto de pesquisa teórica e empírica sobre o exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas usuárias do SUS, com enfoque no direito ao aborto legal. O problema geral diz respeito às restrições ao exercício do direito ao aborto legal. A hipótese é de que existam restrições de ordem técnica e jurídica que impedem que meninas e mulheres acessem esse direito. Corroborar com esse entendimento dado da Pesquisa Nacional do Aborto, de 2016, que indicou que são realizados cerca de 503 mil abortos clandestinos ao ano no Brasil. A pesquisa tem por objetivo geral estudar e contribuir com a qualidade do acesso ao aborto legal por meio de duas abordagens: (a) identificação, descrição e análise da normatização jurídica brasileira relativa à sexualidade e à reprodução de mulheres e meninas a fim de buscar lacunas jurídicas que potencialmente obstem ou inviabilizem o exercício do direito ao aborto legal; (b) identificação, descrição e análise do itinerário terapêutico percorrido por mulheres e meninas que buscam acesso ao aborto legal a fim de identificar lacunas técnicas que potencialmente obstem ou inviabilizem o exercício do direito ao aborto legal. A proposta leva em conta, em seu aporte teórico, além dos referenciais jurídicos acerca do tema, critérios epidemiológicos, demográficos, sanitários, sociais, étnicos e sexuais específicos do contexto do sistema de saúde. Para isso, prevê as seguintes etapas metodológicas: (i) pesquisa bibliográfica e documental sobre a regulamentação e efetividade do aborto legal no âmbito global e local; (ii) pesquisa empírica e documental de diagnóstico e monitoramento dos fluxos de encaminhamento dos casos no SUS; (iii) divulgação dos resultados por meio de: a) evento científico (virtual) e b) publicação de livro e artigos científicos; (iv) aplicação da pesquisa no advocacy e litigância estratégica na ADPF 442 no STF, (v) elaboração e divulgação de materiais informativos (plataformas digitais, Radio UniFM) Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Integrantes: Taysa Schiocchet (Responsável); Ana Carla Harmatiuk Matos; Natália Castilho; Amanda Sousa Barbosa; Marcelo Conrado;

Melina Girardi Fachin; Ana Carolina Brochado Teixeira; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Suélyn Mattos de Aragão; Juliana Carvalho Pavão; Mariana Paris; Marcos Claudio Signorelli; Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa; Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador; Thomas Passos Martins; Maria Luiza Giglio Muller; Marina Soares Jenisch

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq • 2022 - Atual Impactos da pandemia do Covid-19 no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias do SUS: avaliação diagnóstica e estratégias de atuação na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos

Descrição: Edital CAPES/EPIDEMIA - Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemia. Descrição do projeto: Produzir diagnóstico nacional dos impactos da pandemia do Covid-19 no acesso e obstáculos ao exercício de direitos sexuais e reprodutivos, especialmente o aborto legal, articulado a ações de advocacy e litigância estratégica.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Integrantes: Taysa Schiocchet (Responsável); ; Amanda Souza Barbosa; Lígia Ziggliotti de Oliveira; Marcos Claudio Signorelli; Fabiana Cristina Severi; Mara Lisiane de Moraes dos Santos; Monica Neves Aguiar da Silva; Luanna Tomaz de Souza

Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES • 2021 - Atual Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal

Descrição: Edital nº 06/2021: PRPPG/UFPR/FUNPAR (APOIO A ATIVIDADES DE PESQUISA). Trata-se de projeto de pesquisa sobre o exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas usuárias do SUS. Possui enfoque no direito ao aborto legal e na litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADPF 442 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). O cenário de pesquisa está situado na Clínica de Direitos Humanos Biotecjus da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A pesquisa tem por objetivo geral atuar propositivamente para melhorar o acesso de mulheres e meninas usuárias do SUS ao aborto legal por meio de advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal. Quanto aos objetivos específicos, têm-se: (i) produzir conteúdo na perspectiva dos direitos humanos com o fim de promover a popularização do saber sobre direitos sexuais e reprodutivos e aborto legal via redes sociais e via rádio (instagram, facebook, YouTube, site, UNIFM); (ii) criar, planejar e executar a atuação em litigância estratégica junto ao STF no âmbito da ADPF 442 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). A proposta levará em conta, em seu aporte teórico, além dos referenciais jurídicos acerca do tema, dados epidemiológicos, demográficos, sanitários, sociais, étnicos e sexuais específicos do contexto do sistema de saúde público brasileiro. Para atingir o objetivo proposto, se adotará o seguinte percurso metodológico: (i) pesquisa bibliográfica e documental (epidemiológica, doutrinária e jurisprudencial) para desenvolver uma visão panorâmica da regulamentação do tema no âmbito nacional; (ii) elaboração de estratégias para popularização do saber e divulgação em massa de materiais informativos via redes sociais (impulsioneamento - tráfego pago) e via rádio a fim de atingir de maneira ampla os atores envolvidos com o procedimento do aborto legal, quais sejam: 1) autoridades públicas diretamente envolvidas com políticas públicas em saúde, 2) profissionais de saúde do SUS, 3) mulheres e meninas usuárias do SUS e 4) comunidade jurídica e acadêmica em geral. Em razão dessa etapa, que inclui ações virtuais em redes sociais e canais de divulgação online, há necessidade de o projeto contar com profissionais especializados em marketing de conteúdo, marketing digital, diagramação, design gráfico e digital e/ou áreas afins; (iii) produção de peça jurídica e de pedido de participação da Clínica de Direitos Humanos da UFPR na qualidade de amicus curiae no STF no caso da ADPF 442; (iv) divulgação dos resultados da popularização do saber e da atuação como amicus curiae em evento científico

virtual aberto ao público em geral; (v) publicação de, ao menos, dois artigos em revistas científicas com resultados da pesquisa. Os resultados gerais esperados englobam a melhoria do acesso ao SUS no que diz respeito à saúde reprodutiva de meninas e mulheres, o que dialoga explicitamente com duas linhas do Edital: Promoção da saúde humana e Democracia, direitos humanos, diversidade e inclusão social, essa última a escolhida. Os resultados específicos esperados consistem em: (i) transformação social do problema de acesso ao aborto legal no SUS, com a exposição dos obstáculos empíricos e de soluções efetivas que possam ser incorporadas pelo poder público; (ii) qualificação informativa de meninas e mulheres usuárias do sistema público de saúde por meio das estratégias de advocacy com foco no digital e na interface entre educação, direitos humanos e saúde; (iii) democratização do acesso à informação sobre os direitos que envolvem a saúde, notadamente o exercício de direitos sexuais e reprodutivos; (iv) viabilização do direito a voz e vez de mulheres e meninas usuárias do SUS junto ao Supremo Tribunal Federal. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Integrantes: Taysa Schiocchet (Responsável); ; Estefânia Barboza; Suélllyn Mattos de Aragão; Juliana Carvalho Pavão; Mariana Paris; Marcos Claudio Signorelli Financiador(es): Universidade Federal do Paraná-UFPR • 2021 - Atual Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso à saúde a partir de demandas por direitos Descrição: Edital 11/2020. PPSUS - EDIÇÃO 2020/2021 (FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR / SESA-PR / DECIT / SCTIE/MS / CNPQ). Trata-se de projeto de pesquisa que cuida do exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas usuárias do SUS, do estado do Paraná, com enfoque no direito ao aborto legal. O cenário de estudo está situado na Clínica de Direitos Humanos Biotecjus UFPR. A pesquisa tem por objetivo geral atuar propositivamente para melhorar a qualidade do acesso ao aborto legal por meio da identificação, descrição e análise da normatização jurídica brasileira relativa à sexualidade e à reprodução de mulheres e meninas a fim de buscar lacunas técnicas e jurídicas que potencialmente obstem ou inviabilizem o exercício do direito ao aborto legal. Quanto aos objetivos específicos, por um lado, este estudo pretende diagnosticar e monitorar casos paradigmáticos de violação de direitos sexuais e reprodutivos de meninas e mulheres (especialmente aqueles ligados ao acesso ao aborto legal nos casos de violência sexual), por intermédio do mapeamento de dados epidemiológicos, doutrinários e jurisprudenciais; por outro lado, a promoção da educação jurídica em saúde sexual e reprodutiva mediante ações que envolvam autoridades públicas diretamente envolvidas com políticas públicas em saúde, profissionais de saúde vinculados ao SUS que exercem suas atividades em instituições que realizam o procedimento do aborto legal, mulheres e meninas que buscam exercer seus direitos sexuais e reprodutivos no contexto sanitário brasileiro, comunidade jurídica e científica e, por fim, a comunidade em geral. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (1); Doutorado (2); Integrantes: Taysa Schiocchet (Responsável); ; Suélllyn Mattos de Aragão; Juliana Carvalho Pavão; Mariana Paris Financiador(es): Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FAADCT/PR • 2019 - Actual Evolución de la gestación por sustitución en el marco internacional: cuestiones esenciales para su configuración legal Descripción: Para satisfacer la intención de formar una familia, desde la década de los setenta y a lo largo del mundo se ha apostado porque las técnicas de reproducción humana asistida (en adelante, TRHA) constituyan herramientas eficaces para hacer frente a los crecientes problemas de infertilidad. Una de tales TRHA es, como ha indicado la OMS, la surrogacy, cuya evidencia científica y clínica ha sido constatada en diferentes Estados, en los que ya se utiliza. El hecho de que constituya una TRHA probada es lo que está posibilitando su

regulación de forma gradual a lo largo del mundo. En este sentido, desde que tuvieron lugar los primeros casos de surrogacy hasta la actualidad, los Estados han ido regulando esta técnica de reproducción humana asistida, conforme a sus políticas legislativas, ante la falta de un mínimo consenso a nivel internacional, por ejemplo, en el marco de la Conferencia Internacional de la Haya. El objetivo general del proyecto es el logro de la identificación de una regulación de la GS en España que otorgue seguridad jurídica a las partes intervinientes, esencialmente, el menor, lo que conlleva el cumplimiento de dos condiciones, como son, la primera, que sea respetuosa con los derechos y obligaciones de las partes implicadas y, la segunda, que alcance un adecuado equilibrio entre los derechos y obligaciones de todas ellas. Ello, engloba esencialmente, la regulación de esta TRHA en España, pero también la reforma de la eficacia transnacional de decisiones, judiciales o administrativas, que reconocen la filiación en casos de gestación por sustitución transfronteriza.

Situação: Em andamento
Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Taysa Schiocchet; Maria José Cabezudo (Responsável) • 2017 - Atual
Novos direitos e gestão biopolítica dos corpos nas sociedades tecnocientíficas contemporâneas

Descrição: GUARDA-CHUVA. Trata-se de projeto de pesquisa albergado pela Clínica de Direitos Humanos | Biotecjus da UFPR. Concebido como um “projeto guarda-chuva”, tem a finalidade de sistematizar problemáticas em DH e Biotec a partir de um fio condutor comum, de modo a impulsionar as pesquisas e ampliar os impactos dos seus resultados científicos e sociais. Diante disso, o objetivo geral é analisar e problematizar os processos de produção e concretização dos Novos Direitos frente à gestão biopolítica dos corpos nas sociedades tecnocientíficas contemporâneas. Nesse contexto, as biotecnologias, os estudos de gênero e étnico raciais são campos privilegiados no qual se encontram diferentes disciplinas, discursos e questões levantadas tanto pelo pluralismo ético-jurídico, quanto pelo avanço do conhecimento e de suas aplicações tecnológicas à vida. Como recursos metodológicos serão utilizadas, a partir de uma perspectiva dialética e interdisciplinar, a pesquisa teórica (documental e bibliográfica, incluindo análises em Direito Comparado e de jurisprudência, com a criação de bancos de dados para pesquisas posteriores); pesquisas empíricas (com técnicas de entrevistas, observações, grupos focais etc.) para um adequado diagnóstico da concretização desses direitos e, quando for o caso, práticas extensionistas, mediante metodologias inovadoras para a criação de vias alternativas de comunicação e sensibilização acerca dos Novos Direitos. A pesquisa observará a prioridade da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito, dedicada à concretização aos direitos humanos e, nesse contexto, ao aprofundamento dos conhecimentos científicos que possam restabelecer a saúde e a qualidade de vida no planeta. O tema insere-se nas propostas de ensino, pesquisa e extensão prioritárias da Clínica de Direitos Humanos | Biotecjus da UFPR e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, além de outros documentos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos e bioética.

Situação: Em andamento
Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Taysa Schiocchet (Responsável);
Número de produções C,T & A: 12/

Cooperativismo e Economia Solidária

RICARDO PRESTES PAZELLO

Formação jurídica dependente: estudo da relação jurídica dependente brasileira durante o processo de industrialização varguista (1930-1954) – UFPR

Descrição: O presente projeto de pesquisa pretende estudar as relações sociais de produção que ensejaram a consolidação de relações sociais jurídicas particulares, durante o processo de industrialização

brasileiro concebido sob a Era Vargas, entre 1930 e 1954, à luz da análise crítica marxista sobre o capitalismo dependente, notadamente a produção intelectual de Ruy Mauro Marini. Trata-se da caracterização da formação jurídica dependente de tais relações sociais (produtivas e jurídicas), sob viés interdisciplinar, que lança mão do desenvolvimento de princípios do método materialista histórico adequado ao contexto da América Latina, com procedimentos metodológicos que combinam investigação teórica e perspectiva empírica relativa a momentos jurídicos fundantes, essenciais e apartantes atinentes à política econômica visualizável no período varguista..Planejamento territorial, questão fundiária e agroecologia – UFPR

Descrição: O projeto objetiva realizar pesquisas e ações interdisciplinares de planejamento territorial, estudos fundiários e de agroecologia em experiências comunitárias de organização coletiva da/na terra. Em virtude de uma questão agrária não resolvida no país e em especial em um estado como o Paraná, com este projeto se pretende oferecer respostas aos conflitos por terra e território existentes no campo paranaense, onde camponeses, povos e comunidades tradicionais e trabalhadores rurais são expostos a desigualdades sociais e a processos de expulsão, expropriação e exploração contínuos, desassistidos de recursos básicos para lutar pela terra que almejam e pelo território que já habitam. Nesse sentido, o projeto pretende trabalhar articuladamente nas três frentes citadas da seguinte forma: a) Estudos de planejamento territorial como uma tecnologia social apropriada pela comunidade para autodefinir o próprio território, seus usos e suas relações. b) Estudo dos conflitos fundiários que as comunidades enfrentam, identificando tanto as causas da concentração fundiária, como as possibilidades de política pública e de direitos que permitiriam sua resolução. c) Estudo de experiências agroecológicas que possam servir como inspiração nessas áreas de conflito para consolidar espaços com uma relação com a natureza, com a produção de alimentos e com uma sociabilidade marcadas pelos fundamentos solidários e relacionais presentes na agroecologia. Metodologicamente, o projeto propõe iniciar os estudos e ações sempre a partir de uma demanda da comunidade, seguida de um levantamento e identificação das áreas que envolva um trabalho de campo para conhecê-la, uma busca de informações e dados sobre o local e uma análise jurídica da situação da terra ou do território. O seguinte passo seria construir um conjunto de oficinas para esclarecer, dialogar e construir com a comunidade soluções conjuntas aos conflitos (agrários, fundiários, territoriais etc.), mediante um diálogo de saberes horizontal e de formação mútua. Após essa troca intensa, serão elaboradas estratégias conjuntas de planejamento territorial e pareceres jurídicos fundamentados em experiências capazes de oferecer respostas econômicas, sociais, ambientais e culturais a partir da agroecologia. O impacto esperado com essas pesquisas e essas ações é a consolidação de estratégias de resolução de conflitos a partir de um planejamento territorial apropriado pelas comunidades que sofrem o conflito e munidas de um conjunto de informações sobre sua situação fundiária e sobre as possibilidades que a agroecologia lhes proporciona para um bem-viver na terra e no território. Em definitiva, um caminho possível para fortalecer tecnologias sociais capazes de repensar as formas de vida no campo a partir da própria atuação das comunidades. O projeto articula a pesquisa, a extensão e o ensino no entendimento que o tripé basilar da universidade fortalece a construção conjunta de caminhos para resolver os conflitos de um meio rural marcado pela mercantilização extrema de um agronegócio moderno, colonial e capitalista que nega a vida diversa que essas comunidades defendem. Também a interdisciplinariedade da equipe do projeto (arquitetura, direito, engenharia e geografia) permitem um diálogo que permite uma leitura mais complexa e aberta dos processos em estudo, potencializando os desdobramentos do tripé em relação com os estudos e ações

realizadas. Por último, uma parte fundamental do projeto, como um processo de co-elaboração, é, ao mesmo tempo, o controle compartilhado entre a comunidade e a equipe do projeto das informações e do destino das mesmas, assim como o compromisso na socialização, com uma linguagem acessível, das pesquisas, pareceres, propostas de planejamento etc. que sejam realizadas para sua divulgação e multiplicação para serem usadas em outros casos similares.

Forma jurídica e espaços sociais de cooperação no capitalismo dependente latino-americano – UFPR

Descrição: A presente proposta de projeto de pesquisa pretende debruçar-se sobre o estudo da forma jurídica no âmbito dos espaços sociais de cooperação latino-americano. A partir de análise convergente entre metodologias das teorias críticas da economia política, do direito e da antropologia, a proposta buscará estabelecer nexos entre as experiências cooperativistas do continente, marcado por sua posição geopolítica dependente, lançando mão de estudos de caso, de direito comparado e de análise de conjuntura econômica. O grande problema a ser resolvido diz respeito a se saber se há, ou não, uma unidade nas relações jurídicas do continente que permita qualificá-las como ?dependente?. Partindo-se de uma delimitação do caso brasileiro, eventualmente comparado com de outros países, especialmente o México (conforme pesquisas de Adrian Sotelo Valencia) e a Colômbia (a partir de investigações de Orlando Fals Borda), quer-se contribuir com um desenvolvimento do campo de pesquisa do direito cooperativo crítico no Brasil e na América Latina.

Derecho, clases y reconfiguración del capital – Red Derecho, clases y reconfiguración del capital (rede egressa de CLACSO)

Descrição: La reconfiguración capitalista del estado y el derecho en América Latina implica dos maneras de aproximarse a la realidad social de nuestra región y del mundo: la primera, a través del análisis crítico de las ?tendencias de la hegemonía global?, las cuales cruzan todos los sectores de nuestra sociedad (productivo, alimentario, la relación con la naturaleza, lo educativo, lo cultural, etcétera) y de las herramientas para explicar la realidad social (el derecho, la economía, la ciencia política, la antropología, la pedagogía, las ciencias ambientales, etcétera). Por otro lado, así como hay que entender y visibilizar la manera en que el capital extiende y profundiza su dominación, también consideramos que el eje transversal pasa por comprender, visibilizar y convivir en la ?lucha de clases? con aquellas comunidades, organizaciones y asociaciones que resisten al capital y que producen y reproducen formas de socialidad distintas y antagónicas a las dominantes.

Situação: Em andamento; **Natureza:** Pesquisa.

Direito e Marxismo (IPDMS)

Descrição: O Grupo Temático Direito e Marxismo do IPDMS tem por objetivos: 1) Analisar/Inventariar as contribuições marxistas à compreensão da gênese e funcionamento da forma jurídica; 2) Resgatar a centralidade de uma crítica estrutural ao fenômeno jurídico; 3) Discutir as possibilidades de resistência/insurgência dos movimentos sociais, no atual cenário do mundo do capital, através das relações sociais regidas pelos mecanismos do direito. O GT pretende realizar um exame crítico das pesquisas que analisaram o direito através das lentes fornecidas pelo marxismo. Tal resgate crítico passa por: 1) As configurações teóricas assumidas pelo fenômeno jurídico na trajetória da obra de Marx e Engels; 2) Os desdobramentos da construção de uma teoria e filosofia do direito marxista no pensamento jurídico soviético; 3) As críticas marxistas do direito ou teorias críticas do direito inspiradas no "marxismo ocidental"; 4) As relações entre a crítica marxista do direito e os movimentos jurídicos críticos latino-americanos; 5) Análise das aproximações e limites da crítica marxista do direito com a crítica jurídica não-marxista. Além das pesquisas teóricas, o GT Direito e Marxismo deve, igualmente, abarcar pesquisas empíricas nos diversos campos do direito que se utilizem do instrumental desenvolvido pela tradição marxista. Por fim, sobretudo, o referido

GT busca fomentar a construção necessária do diálogo entre uma crítica estrutural à forma jurídica com a formulação de uma práxis jurídica que vislumbre as possibilidades e limites de resistência/insurgência dos movimentos sociais através da mediação do direito..

SIDNEI MACHADO

1. Trabalho por plataformas digitais, reconfigurações jurídicas e novos direitos
Descrição: O projeto analisa as mudanças de paradigmas no trabalho promovidas pelas inovações tecnológicas. A questão central da pesquisa são as reconfigurações jurídicas das relações de trabalho oriundas da digitalização da economia e do modelo de negócios das plataformas digitais. A proposta de análise privilegia as múltiplas manifestações e dimensões normativas do direito, sejam as produzidas pelo legislador, pelo poder judiciário e pelas práticas do cotidiano do direito. O projeto tem como referente o contexto da crise e de transformações contemporâneas do trabalho e seus desafios relacionados ao impacto da globalização financeira, da crise das democracias sociais e do Estado Social e, particularmente, da crise das funções do Direito do Trabalho democrático (FERREIRA, 2005). A partir da reflexão jurídica mais ampla, o projeto contempla abordagens teórica e metodológicas, integrando perspectivas jurídicas, sociológicas, econômicas e de política do direito. A pesquisa investiga os seguintes eixos temáticos: (1) Empresa digital, relações de poder e direitos humanos do trabalho; (2) O trabalho por plataformas digitais de trabalho e as instituições do direito do trabalho; (3) A representação coletiva e exercício de negociação coletiva por trabalhadores de plataformas digitais. Dentro desse projeto há duas vertentes distintas e complementares: (1) investigações teóricas sobre as questões centrais para o debate sobre relações de trabalho e suas transformações contemporâneas e suas perspectivas de futuro; (2) uma empírica, com análise de campo, que investiga as práticas sociais dos atores sociais e as instituições públicas do trabalho, em especial o Poder Judiciário, que permita a reflexão crítica sobre os direitos do trabalho e da cidadania social. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Sem financiamento. Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (2) .2. Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista -REMIR
Descrição: Rede de Pesquisas: Trata-se de um projeto guarda-chuva e que envolve pesquisadores de diversas instituições de diferentes regiões do Brasil. Compõe de quatro grandes eixos de investigação. O primeiro eixo tem como objetivo analisar os impactos da reforma trabalhista sobre a regulação do trabalho. Esse eixo, por sua vez se desdobra em duas outras dimensões: o conteúdo dos direitos, isto é, das formas de contratação, demissões, jornada de trabalho e condições de trabalho geral e em especial, aquelas que afetam a saúde e a segurança do trabalho; e às alterações na regulamentação da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores e da negociação coletiva. Cabe ainda neste eixo, investigar como se configuram, a partir da Reforma, o acesso à Justiça do Trabalho e o sistema de fiscalização do trabalho. O segundo Eixo consiste em analisar os impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho e as relações laborais. Isto envolve acompanhar a evolução do emprego/desemprego, o tipo de ocupação, a remuneração média, os patamares de rotatividade e informalidade. Já os estudos sobre as relações laborais englobarão a identificação e análise da modalidade de contratação, duração dos contratos de trabalho, duração e distribuição da jornada, a remuneração (sua composição) e o trabalho terceirizado. O terceiro Eixo da pesquisa tem como escopo a análise dos impactos da reforma trabalhista sobre o movimento sindical brasileiro. Este eixo também se desdobra em dois aspectos: o primeiro relativo à estrutura sindical e o segundo que busca identificar e analisar as novas estratégias de ação coletiva e a combatividade do sindicalismo nesse novo cenário E, por

fim, o quarto Eixo remete à análise das consequências sociais que a reforma trabalhista produzirá na sociedade brasileira. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Sem financiamento.

3. Reconfigurações jurídicas do Direito do Trabalho no Brasil depois da Reforma de 2017

Descrição: O projeto de pesquisa "Reconfigurações jurídicas do Direito do Trabalho no Brasil depois da Reforma de 2017", tem como objetivo a pesquisa teórica e empírica sobre os impactos jurídicos com a aprovação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. A pesquisa é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa A CLÍNICA DE DIREITO TRABALHO | TRABALHO E DIREITOS (cadastrado no CNPq) numa perspectiva transdisciplinar, em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, em temas de Direitos Fundamentais do Trabalho e os Novos Paradigmas e Novas Configurações Jurídicas do Trabalho. A partir da inovação pedagógica com o método do ensino jurídico clínico, as atividades contemplam a pesquisa teórica e empírica no Direito em um conjunto de projetos específicos de extensão universitária, com resultados em publicações de impacto teórico e intervenção social. São seis os eixos de pesquisa: 1. Investigação e respostas às mudanças de paradigma nas relações de trabalho, em especial decorrentes da reconfigurações jurídicas da Reformas Trabalhistas brasileira, comparada em seu contexto regional e global; 2. Reconfiguração da responsabilidade empresarial das empresas em cadeias produtivas, em especial das empresas multinacionais; 3. Direitos fundamentais do trabalho e as respostas contra a discriminação no trabalho em qualquer de suas formas (incluindo raça, etnia, gênero, incapacidade e orientação sexual) 4. Direitos trabalhistas e de acesso à seguridade social dos trabalhadores informais e autônomos dependentes; 5. Exercício da liberdade sindical e de negociação coletiva. 6. A aplicação da inteligência artificial na prática jurídica do Direito do Trabalho. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Sem financiamento.

Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (2) .

Produção Intelectual/Formação Discentes: **Indique destaques dos projetos nos quais participa e se existem atividades de internalização (se sim, quais, com quais instituições e professores estrangeiros).**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2022

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Título da Palestra: Giurisdizione costituzionale brasiliana: tecniche d'interpretazione nel controllo de costituzionalità Nome do evento: Il Sistema della Giustizia in Italia e in Brasile Comissão organizadora: Associação Italo-brasileira de Professores de Direito Administrativo e Direito Constitucional Local: Università degli Studi di Palermo Cidade: Palermo País: ITÁLIA Ano: 2022

SERGIO CRUZ ARENHART

Les innovations recentes en procédure civile brésilienne. Evento: La procedure au service de l'humain – Congrès à la mémoire du Professeur Jean-François Renucci. Coord. Prof. Yves Strickler. Nice (França) e Monaco (Monaco), 2022.

Novos Paradigmas do Direito

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK

2022 - VI JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL. Palestra: Desafios da Liberdade de Expressão nas Redes Sociais e o Papel da Responsabilidade Civil. Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal. Comissão Organizadora: Nelson Rosenvald; Mafalda Miranda Barbosa.

EROLTHS CORTIANO JUNIOR

Lectio Magistralis: Os 20 anos do Código Civil Brasileiro. International post-doctoral programme in new Technologies and law. Mediterranea International Centre for Human Rights Research. Reggio Calabria. Itália. 2022 El derecho y las palabras. Libertades civiles y disrupción tecnológica. Desafios contemporâneos. Faculdade de Derecho UTP – Universidad Tecnológica del Peru

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

CLARA MARIA ROMAN BORGES

2022 – Evento Conversaciones Internacionales a favor de la Paz – Instituto de Ciencias e Investigaciones en Legislación e Jurisprudencia – Tlaxcala – México e PPGD - UFPR Convidados Clara Maria Roman Borges (UFPR) Esmeralda del Carmen Gutiérrez Barranco (Instituto de Ciencias e Investigaciones en Legislación e Jurisprudencia) Natalina Stamile (Universidade de Brescia – Itália) Roberto Garetto (Universidade de Camerino – Itália)

EMERSON GABARDO

2022Título da PalestraTítulo do EventoInstituição

OrganizadoraCidade/PaisGobernanza Digital y Participación popular en BrasilXI Congreso Internacional de Derecho AdministrativoAssociação Internacional de Direito AdministrativoQuerétaro(México)Inteligência Artificial e Administração PúblicaSeminário internacional sobre Derecho y Nuevas tecnologíasUniversidad La SalleArequipa(Perú)Inteligencia Artificial y Administración PúblicaIII Congreso Internacional “El Orden Constitucional y los Derechos Humanos en la Administración Pública del Siglo de la Sociedad del Conocimiento y la Información”Universidad Autónoma de TamaulipasVictoria(México)Inteligência Artificial y Derecho AdministrativoJornada Binacional Administración Pública DigitalUniversidad Nacional Autónoma de MéxicoCiudad de México(México)Princípio Constitucional de Eficiência AdministrativaSeminário Principios de la Administración Pública en la Actualidad – Perspectiva BrasileñaUNESCOUniversidad de GuanajuatoGuanajuato(México)

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO

ARGÜELLO, Katie. "Le dilemme de la reconstruction de la rationalité juridique moderne:le cas brésilien". In: Congrès Marx International III, 2001, Paris -Nanterre. Congrès MarxInternational III. Paris- França, 2001. Organização: Revista Actuel Marx, coordenada porJacques Bidet.ARGÜELLO, K.S.C.; MURARO, M. . El problema de 'la guerra contra las drogas enBrasil': por una política criminal de drogas alternativa. 2013. (Apresentação deTrabalho/Conferência ou palestra). UNAM (Universidad Autonoma de México – org. OscarCorreas)ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas enBrasil. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Palestra apresentadana Espanha, em Oñati, que deu margem à publicação do artigo com o mesmo título, emcoautoria com Mariel Muraro, publicado pela Revista Oñati Social Legal Studies nomismo ano. A organização foi do conselho científico da Revista.

MARCO AURELIO NUNES DA SILVEIRA

Apresentação de trabalho produzido em coautoria com adoutoranda do PPGD UFPR, or ientanda d o docente, JÉSICA ONÍRIA FERREIRA DE FREITAS : La superación del colonialismo como premisa para la construcción de un saber procesalpenal latinoamericano, 2022. (Seminário,Apresentação de Trabalho). Local: Universidad Nacional del Litoral; Cidade:Santa Fe, Argentina; Evento: Seminario Internacional Colonialismo, Derechos Humanos y Cuestión Criminal;Inst.promotora/financiadora: Maestría en Criminología, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional del Litoral

PAULO CESAR BUSATO

BUSATO, P. C.Cumprimento normativo e responsabilidade das pessoas coletivas, 2022. (Lisboa, Portugal –Instituto de Direito penal e ciências Criminais da Universidade de Lisboa)

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

2022- Loyola University – Chicago (IL)- EUA- Constitutional protections and equal accessto justice in territorial rights2022- University of Illinois- Lehmann Institute (IL)- EUA- Constitutional protections andequal access to justice in territorial rights2022 – Università degli Studi di Palermo (SI)-Itália- giurisdizione e processo nelladirettivaamministrativa brasiliana.

EGON BOCKMANN MOREIRA

Encontro Luso-Brasileiro de Professores de Direito Administrativo.1. Atualidades nas arbitragens com a Administração Pública. Atualidades nas arbitragens com a Administração Pública. 2022. (Encontro). 2. Fórum de Integração Brasil-Europa ? FIBE. Acordos de não-persecução. 2022. (Seminário).

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

TOMIO, F. R. L.; KANAYAMA, R. L. "The COVID-19 Pandemic and the Role of the Brazilian Federal Supreme Court In: Thirteenth Annual Constitutional Law Colloquium - Loyola law School, 2022, Chicago/IL/USA. Thirteenth Annual Constitutional Law Colloquium - Loyola law School. Chicago/IL: Loyola law School, 2022. Palavras-chave: Abstract Judicial Review, Instituições Políticas, Political Institutions Áreas do conhecimento: Direito Constitucional Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social Referências adicionais: Estados Unidos/Inglês. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<https://www.luc.edu/law/events/constitution-law-colloquium/>]

HELOISA FERNANDES CAMARA

III Seminario Internacional – Seminario Permanente la Dictadura em Iberoamerica. Eric Palma. Virtual. Chile. 2022.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

8. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ; Lorenzetto, B.M.; ARGUELHES, D.W.; MEYER, E.P.N. Disinformation and Attacks on the 2022 Elections in Brazil, 2022. (Congresso, Apresentação de Trabalho) Palavras-chave: Democracia Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Wroclaw; Cidade: Wroclaw; Evento: Global Problems and Prospects in Public Law - International Society of Public Law; Inst.promotora/financiadora: ICON-S9. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ La tutela dei diritti sociali nell'ordinamento brasiliano prima e dopo l'emergenza pandemica, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Università LUMSA – Dipartimento di Giurisprudenza; Cidade: Palermo; Evento: SEMINARIO INTERNAZIONALE DI STUDI ITALO-BRASILIANO - LA TUTELA DEI DIRITTI SOCIALI PRIMA E DOPO L'EMERGENZA PANDEMICA; Inst.promotora/financiadora: Università LUMSA – Dipartimento di Giurisprudenza 10. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ L'effettività dei Diritti Sociali in Europa ed America Latina, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Dipartimento di Scienze Politiche e Giuridiche; Cidade: Messina; Evento: L'effettività dei Diritti Sociali in Europa ed America Latina; Inst.promotora/financiadora: Università degli Studi di Messina – Dipartimento di Scienze Politiche e Giuridiche 11. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ L'Ordinamento del Lavoro Nelle Pubbliche Amministrazioni La Dirigenza Pubblica in Italia e In Brasile, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Dipartimento di Giurisprudenza; Cidade: Messina; Evento: Dottorato di Ricerca in Scienze Giuridiche Cattedre di Diritto Amministrativo; Inst.promotora/financiadora: Università degli Studi di Messina – Dipartimento di Giurisprudenza 12. BARBOZA, Estefânia Maria DE QUEIROZ Poteri Pubblici ed Emergenza Sanitaria in una Prospettiva Comparata, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho) Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Università degli Studi di Palermo; Cidade: Palermo; Evento: Poteri Pubblici ed Emergenza

Sanitaria in una Prospettiva Comparata; Inst.promotora/financiadora: Università degli Studi di Palermo

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Convegno Italo-Brasiliiano dei Professori di Diritto Amministrativo e Costituzionale (AIBDAC), 15 – 16 settembre 2022 – Palermo, Democrazia, diritti umani e sviluppo sostenibile. Quali sfide in Italia e Brasile? Democrazia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Quais os desafios da Itália e do Brasil? Iltón Norberto Robl Filho, Tema do Trabalho: Direito à intimidade e à vida privada na era digital, Comitato organizzatore: Maria Immordino – Nicola Gullo – Cristiano Celonell Congreso Internacional, Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital, 1 a 3 de Febrero de 2022, Facultad de Derecho. Parainfo de la Universidad de Granada. Directores, Prof. Dr. Francisco Balaguer Callejón (Universidad de Granada) y Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS), Prof. Dr. Iltón Robl Filho. PPGD UFPR e IDP Brasília: “Poder de Agenda na Jurisdição Constitucional Digital”.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES; MASO, T. F. . Proposals of peasant agriculture for climate change: building resistances from international law. 2022. Multidisciplinary workshop: Climate Justice in a Globalized World from October 21 – 22, 2022. Centre for Human Rights Erlangen-Nuernberg (CHREN). Nuremberg/Alemanha.

LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS – 13ª Edição – ESTAMOS VIVENDO EM UM ESTADO DE DIREITO AUTORITÁRIO? Palestra: “Guerras Híbridas”. Comissão Organizadora: Instituto Joaquín Herrera Flores. Sevilha, Espanha, 2022.

MELINA GIRARDI FACHIN

Conferencista no(a) 15A Jornada pública La libertad académica y autonomía universitaria, premisas del Estado e Derecho", 2022. (Seminário) La Oportunidad de los principios de la libertad académica y autonomía universitaria en el contexto regional: el caso Brasil. ACS Constitutional Law Scholars Forum, 2022. (Seminário) Feminista Constitutionalism. Constitutional Law Colloquium, 2022. (Outra) Feminist Multilevel Constitutionalism. Conferencista no(a) Estado de Derecho Bajo Asedio, 2022. (Seminário) Libertades Académicas bajo Asedio. ICON-S Mundo Conferece, 2022. (Congresso) ICCAL AND HUMAN RIGHTS: TRANSFORMATIVE DIALOGUES BETWEEN THE BRAZILIAN JUDICIARY AND THE INTER-AMERICAN SYSTEM. ICON-S Mundo Conference, 2022. (Congresso) Analysis of the transformative impact of the Inter- American Human Rights System on gender case- law in the Brazilian Constitutional Jurisdiction.

TAYSA SCHIOCCHET

• Covid-19 e atuação dos governos populistas: estudo sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal, 2022. (Comunicação, Apresentação de Trabalho) – Evento IV Seminario Internacional sobre Democracia, Ciudadania y Estado de Derecho. Evento de parceria entre Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal Fluminense e Universidad de Vigo (Espanha). Realizado online. • SCHIOCCHET, T. La (non) science du droit: entre rigueur méthodologique et impacts sociaux, 2022. (Comunicação, Apresentação de Trabalho) Evento: Séminaire de Recherches Maison du Brésil 2022.2, Paris-França. • 8th ENCLE Conference 2022 “Solidarity: We all in this together!!”, 13, 14 e 15 de julho de 2022. Universidade de Brescia (Itália). Título da apresentação: Practical insights from daily clinical activities: thinking about key-aspects of a practice”. Apresentadoras: Taysa Schiocchet, Juliana Carvalho Pavão e Natalia

Martinuzzi Castilho. • Conferencista no(a) Séminaire avec Taysa Schiocchet: Travaux en Cours Sur La Bioéthique, 2022. (Seminário)Travaux en Cours Sur La Bioéthique. • Conferencista no(a) I Jornadas Internacionales sobre la gestación por substitución como técnica de reproducción humana assistida: modelos existentes y regulación española, 2022. (Outra)Interés superior del menor: confidencialidad y derecho a conocer sus orígenes. • Conferencista no “Séminaire de Recherches Maison du Brésil 2022.2”, com o tema “La (non) Science du droit: entre rigueur méthodologique et impacts sociaux”

Produção Intelectual/Formação Discentes: **Parcerias nacionais e internacionais (informar a universidade e o país, se internacional; informar o PPG, a universidade e o estado, se nacional). 1.a Com intercambio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercambio, finalidade[realizar doutorado sanduiche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país)**

Respostas por ÁREA/LINHA/DOCENTE

2022

Direito das Relações Sociais

Direito, Tutela e Efetividade

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

2.1. com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade[se doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc], nome da universidade e país)Universidad La Salle – Peru / Programa de Mestrado em Direito Comercial (Doutorando GuilhermeBarros tem co-orientação do prof. Dennis Almanza Torres)Programa de Pós- Graduação (Mestrado e Doutorado) UERJ (Doutorando João Paulo Godriparticipou de atividades remotas com a Universidade e tem co-orientação do prof. AlexandreAssumpção)2.2. em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se háfinanciamento [e de qual agência de fomento])AMBIENTE INSTITUCIONAL, NOVAS TENDÊNCIAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO,ENERGIAS RENOVÁVEIS E ATIVIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL.PUCPR/UNIOESTE/UNIVERSIDADE DE ÉVORAO Sistema Elétrico Brasileiro está passando por um momento de transição reconhecido por terceiro modelo energético. É oportuno que se analise, por meio de trabalho de pesquisa interdisciplinar e que aproxime o mercado da academia, os impactos dessas mudanças no mercado de energia e da regulação, assim como se promova o debate sobre o papel das energias renováveis no Brasil, a estrutura de mercado, o processo de regulamentação e a avaliação de riscos dos temas em debate.O objetivo do projeto é estudar as novas tendências do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) para que seja fomentada a publicação de trabalhos científicos sobre o tema, assim como para que sejam analisadas as propostas de reforma desse sistema e investigados os problemas jurídicos existentes e decorrentes do novo modelo. Serão também discutidos os impactos das alterações e avaliadas as consequentes contribuições e riscos da reforma.SEM FINANCIAMENTO

Novos Paradigmas do Direito

PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN

Universidade Estatal de Milão; doutoranda Karen Vernazi.

Direito do Estado

Direito, Poder e Controle

EMERSON GABARDO

2022 Universidade Paris 1 – Sorbonne (França) Lucas Bossoni Saikali, Novembro de 2022 a Abril de 2023, Doutorado Sanduíche Financiamento: Bolsa CAPES/PRINT

ENEIDA DESIREE SALGADO

Ana Cristina Viana em doutorado com dupla titulação na Paris I – Sorbonne, com vínculo e dupla orientação desde 2020 e defesa prevista para 2023. Juliana Alice Gonçalves em doutorado sanduíche no Instituto de Investigaciones Jurídicas na Universidad Nacional Autónoma de México, sob a supervisão da professora Flavia Freidenberg (de setembro de 2022 a fevereiro de 2023)

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). Vanessa Caroline Massuchetto - 2022 Early Text Cultures (ETC) Reading Group. University of Oxford, OX, Inglaterra. Turim Humanities Program 2022 Summer School. (Carga horária: 12h). Turim Humanities Program, Università Degli Studi di Torino, THP, Itália. 2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Vanessa Caroline Massuchetto - 2022 Early Text Cultures (ETC) Reading Group. University of Oxford, OX, Inglaterra. Turim Humanities Program 2022 Summer School. (Carga horária: 12h). Turim Humanities Program, Università Degli Studi di Torino, THP, Itália.

PAULO CESAR BUSATO

1. “Proyecto Derecho penal y comportamiento humano”. Universidad de Castilla-La Mancha, Toledo, Espanha. Projeto identificado sob número RTI2018-097838-B-I00, concedido pelo Ministério de Ciencia, Innovación y Universidades de España, sob direção do Prof. Dr. Eduardo Demetrio Crespo [<https://blog.uclm.es/proyectedpach/>]

SÉRGIO SAID STAUT JUNIOR

- Coordenador pela UFPR do DINTER UFPR-UERN (coordenador da UFPR responsável pelo DINTER entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – com o objetivo de formar 30 novos doutores, sendo que a maioria dos doutorandos são professores da UERN e da UFRN). - Representante / Coordenador pela UFPR do “Acordo específico para a criação de uma Escola Internacional de Doutorado Tordesilhas de Ciências Jurídicas entre a Universidade de Huelva (Espanha), a Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e a Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Brasil) no âmbito do acordo-quadro para a criação de escolas de doutorado Tordesilhas. 2022 - Projeto com financiamento de Agência Europeia de Fomento – Tordesilhas.

Perspectivas da Dogmática Crítica

ÂNGELA CASSIA COSTALDELLO

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). UNIVERSITÀ DI PALERMO- PALERMO (SI) – Italia - PRINT

FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país).

JOSÉ ROBERTO VIEIRA

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). *Parceria Internacional: Universidad Autónoma de Madrid – Espanha. *Com Intercâmbio de Orientando de Doutorado: * Doutorando/Orientando: Valterlei Aparecido da Costa. * Período de Intercâmbio: Setembro/2022 a Fevereiro/2023. * Finalidade: Doutorado Sanduíche. * Financiamento: Bolsa do PRINT – Programa Institucional de Internacionalização – UFPR. * Orientador na UAM-Espanha: Prof. Dr. Diego Marín-Barnuevo Fabo.

VERA KARAM DE CHUEIRI

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). ARTHUR EL Horr, mestrado na UFPR e na USP 2022. Parceria do Nucleo de Constitucionalismo e Democracia do CCONS com o grupo de Constitucional da USP.

Direitos Humanos e Democracia

Cidadania e Inclusão Social

ADRIANA ESPINDOLA CORREA

Projeto de Pesquisa em Cooperação com o PPGD/Universidade Positivo, co-coordenado com o Prof. Anderson Marcos dos Santos. Título: Enquadramentos jurídicos do corpo nos Tribunais Superiores Brasileiros.

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

PPGD – UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PALERMO 2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). 2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). Canadá – com financiamento – descrito nos outros itens xxxxxx PROJETO DE PESQUISA COM REDESS - RED LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE ESTADO DE DERECHO, DEMOCRACIA Y DERECHOS SOCIALES (REDESS) Universidades envolvidas: Humberto Nogueira Alcalá, Gonzalo Aguilar Cavallo, ambos de la Universidad de Talca (Chile), Márcia Alvim de la Pontificia Universidad Católica de Sao Paulo (Brasil), Diana Espino Tapia de la Universidad Reggionmontana de Monterrey (México), Miriam Mora de la Universidad de La República (Uruguay), Glauco Salomao Leite de la Universidad Católica de Pernambuco (Brasil), Paola Sierra de la Universidad Católica de Colombia (Colombia), Luiz Conci de la Facultad de Derecho de Sao Bernardo do Campo, Sao Paulo (Brasil), Manuel Bermúdez Tapia de la Universidad Nacional de San Marcos (Perú), y David Mendieta de la Universidad de Medellín (Colombia),

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES

CEPEDIS - Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. Programa de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC_PR). Paraná. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. UNIVERSIDADE DE LIÈGE – CAMPUS ARLON. Pesquisadora externa colaboradora da unidade SEED - unidade de Socioeconomia, ambiente e desenvolvimento (SEED). 2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). 2.b. 2022 Projeto de pesquisa TRANSFORMANDO UNIVERSIDADES PARA UM CLIMA EM MUDANÇA – Pesquisa-Ação

Participativa: emergência climática e sua relação com educação, direito, saúde e meio ambiente. Proposta de Pesquisa-Ação Participativa para universidades afiliadas ao Projeto Climate U: Transforming universities for a changing climate (Transformando Universidades para um Clima em Mudança), em andamento com financiamento da UK Economic and Social Research, como parte do Global Challenges Research Fund. A participação da Universidade Federal do Paraná reúne professoras dos cursos de Educação, Oceanografia e Direito e tem como foco a emergência climática e sua relação com povos do campo, originários e tradicionais. Coordenação geral: Prof^a. Dr^a. Sônia Fátima Schwendler (educação/ufpr). Universidades envolvidas: College of London, University of South Pacific, Kenyatta University, Universidade Eduardo Mondlane, Tata Institute of Social Sciences, Mumbai & Hyderabad, India, Ibn Tofail University, Kenitra, Morocco, University of Dar es Salaam. Universidade de Passo Fundo, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade de São Paulo

MELINA GIRARDI FACHIN

Transforming Judicial Outcomes for Women in Canada and Brazil– QUEENS UNIVERSITY – Coordenado pela Profa Berverly Baines e com financiamento do governo canadense - Social Sciences and Humanities Research Council of Canada

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

2.a Com intercâmbio de estudantes (indicar nome do estudante, período do intercâmbio, finalidade [realizar doutorado sanduíche, cursar disciplina fora, etc.], nome da universidade e país). ● Jaqueline Bertoldo - Doutorado Sanduíche/CAPES Print - período: novembro 2022/ abril 2023 - University of Ottawa - Canadá.

TAYSA SCHIOCCHET

2.b Em projetos de pesquisa (indicar título do projeto de pesquisa, universidades envolvidas, se há financiamento [e, havendo, de qual agência de fomento]). ● 2021 - Atual Aborto legal, advocacy e litigância estratégica junto ao Supremo Tribunal Federal Financiador(es): Universidade Federal do Paraná-UFPR ● 2021 - Atual Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por mulheres e meninas no SUS: melhorias no acesso à saúde a partir de demandas por direitos Financiador(es): Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FAADCT/PR ● 2022 - Atual Litigância e advocacy como estratégia de pesquisa e popularização dos direitos sexuais e reprodutivos Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq ● 2022 - Atual Impactos da pandemia do Covid-19 no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias do SUS: avaliação diagnóstica e estratégias de atuação na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES
